



SONALIA TEIXEIRA RAMOS

**ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO CLUBE CAÇA E
PESCA DE PORCIÚNCULA-RJ**

Itaperuna

2022

SONALIA TEIXEIRA RAMOS

**ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO CLUBE CAÇA
E PESCA DE PORCIÚNCULA-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Engenharia Civil
ao Centro Universitário
Redentor.

Orientador: Gabriel Pereira Gonçalves

Itaperuna
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: SONALIA TEIXEIRA RAMOS

Título: ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE DO CLUBE
CAÇA E PESCA DE PORCIÚNCULA-RJ

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Título de Bacharel em Engenharia Civil

Instituição: Centro Universitário Redentor

Área de Concentração: Engenharia Civil

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Gabriel Pereira Gonçalves

M.Sc. Engenharia Civil

Instituição: Centro Universitário Redentor

Prof. Pietro Valdo Rostagno

Engenheiro Civil

Instituição: Centro Universitário Redentor

Eng. Daniela Galdino Santos

Engenheira Civil

Instituição: Centro Universitário Redentor

DEDICATÓRIA

A todos que me apoiaram e incentivaram.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, por todas bênçãos recebidas e por essa conquista.

A minha família, por todo suporte e motivação ao longo dessa trajetória.

Ao meu noivo Sávio, pelo companheirismo e apoio.

A minha filha Maitê, a qual está em meu ventre, mas que me deu forças para chegar até o fim.

Aos professores por todo conhecimento transmitido que irei levar por toda minha vida.

Ao meu professor e orientador Gabriel Pereira Gonçalves que me auxiliou nessa reta final, disponibilizando seu tempo e instruindo-me para que concluísse mais essa etapa.

“É justo que muito custe o que muito vale.”

(Santa Teresa de Jesus)

RESUMO

A maioria dos clubes recreativos da região possuem estrutura antiga não correspondendo aos dispositivos da norma técnica de acessibilidade, NBR 9050, mas a realidade faz buscar adaptações para comportar esse tipo de sócio que antes estava confinada ao seu lar e agora vem almejando cada vez mais dignidade, equidade e respeito ao direito de conviver de forma nivelada em áreas de esporte e lazer. Na pesquisa supracitada tive como estudo o clube caça e pesca, localizado no município de Porciúncula onde visitei e pude perceber problemas arquitetônicos e estruturais no qual traziam dificuldades aos portadores de deficiências e idosos frequentadores, e apesar do clube apresentar características de um lugar com acessibilidade constatei que os seus ambientes não estavam de acordo com as exigências da norma, apresentando irregularidades que dificultavam o acesso a grande parte das imediações do clube. Por conseguinte realizei visitas técnicas confirmando todos os obstáculos presentes nas áreas, fiz a coleta de elementos probatórios por meio de medições, registros fotográficos, e elaboração de laudo técnico para viabilizar a reestruturação da acessibilidade as pessoas com necessidades especiais, contribuindo ao melhoramento e inclusão ao livre acesso as dependências do clube de forma que favoreça a permanência dos mesmos e que seja possível a entrada de novos sócios e visitantes, consequentemente proporcionando uma sociedade mais justa e igualitária em virtude de todos.

Palavras-chave: Acessibilidade, Portadores de deficiências, Problemas arquitetônicos, NBR 9050, Laudo técnico, Inclusão.

ABSTRACT

Most recreational clubs in the region have an old structure that does not correspond to the provisions of the technical accessibility standard, NBR 9050, but reality makes them seek adaptations to accommodate this type of member who was previously confined to their home and now has been seeking more and more dignity. , equity and respect for the right to live together in areas of sport and leisure. In the aforementioned research, I had as a study the hunting and fishing club, located in the municipality of Porciúncula where I visited and I could see architectural problems in which they brought difficulties to people with disabilities and elderly people, and despite the club presenting characteristics of a place with accessibility, I found that the their environments did not comply with the requirements of the norm, presenting irregularities that made access to most of the club's surroundings difficult. Therefore, I carried out technical visits confirming all the obstacles present in the areas, I collected evidence through measurements, photographic records, and preparation of a technical report to enable the restructuring of accessibility for people with special needs, contributing to the improvement and inclusion free access to the club's facilities in a way that favors their permanence and that it is possible for new members and visitors to enter, consequently providing a more just and egalitarian society by virtue of all.

Keywords: Accessibility, People with disabilities, Architectural problems, NBR 9050, Technical report, Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Fundador do Clube Caça e Pesca de Porciúncula.....	08
Figura 2 –	Clube Caça e Pesca de Porciúncula no início.....	09
Figura 3 –	Área das piscinas do CCPP.....	10
Figura 4 –	Fotos do campo de futebol, quadra coberta, quadra de areia e parquinho..	10
Figura 5 –	Dimensões referenciais pessoa em pé.....	12
Figura 6 –	Dimensão cadeira de rodas.....	13
Figura 7 –	Dimensões do módulo de referência.....	13
Figura 8 –	Referencial deslocamento em linha reta.....	14
Figura 9 –	Largura para transposição.....	15
Figura 10 –	Mobiliários no percurso acessível.....	15
Figura 11 –	Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.....	16
Figura 12 –	Manobra de cadeira de rodas com deslocamento.....	16
Figura 13 –	Empunhadura e seção do corrimão.....	18
Figura 14 –	Exemplo localização de puxador e maçaneta.....	18
Figura 15 –	Exemplo símbolo de acesso.....	19
Figura 16 –	Sinalização do espaço para cadeirantes.....	19
Figura 17 –	Dimensionamento de rampas.....	20
Figura 18 –	Corrimão em escada e rampa.....	21
Figura 19 –	Exemplo de porta de vestiário e sanitário.....	22
Figura 20 –	Dimensões mínimas sanitário acessível.....	23
Figura 21 –	Dimensões mínimas sanitário acessível em caso de reforma.....	24
Figura 22 –	Dimensões de barra de apoio.....	24
Figura 23 –	Banco de transferência em piscina.....	26
Figura 24 –	Escada submersa.....	27
Figura 25 –	Mapa de localização Clube Caça e Pesca de Porciúncula.....	30
Figura 26 –	Entrada do Clube Caça e Pesca de Porciúncula.....	31
Figura 27 –	Gráfico sócio ou visitante.....	45
Figura 28 –	Gráfico da média da frequência semanal.....	46
Figura 29 –	Gráfico dos setores mais visitados.....	46
Figura 30 –	Gráfico faixa etária.....	47
Figura 31 –	Gráfico gênero.....	47
Figura 32 –	Gráfico do setor mais beneficiado com melhorias.....	48
Figura 33 –	Gráfico do nível de acessibilidade.....	48
Figura 34 –	Gráfico do nível de acessibilidade e interferência na escolha ao local.....	49

Figura 35 – Gráfico do nível para melhoria de acessibilidade.....	49
Figura 36 – Gráfico do conhecimento de PcD que frequentam o clube.....	50
Figura 37 – Gráfico do nível de acessibilidade nos ambientes.....	50
Figura 38 – Gráfico da importância do lazer e segurança as PcD.....	51
Figura 39 – Gráfico da necessidade de banco de transferência.....	51
Figura 40 – Gráfico de acessibilidade ao acesso nas piscinas.....	52
Figura 41 – Gráfico de acessibilidade nos banheiros.....	52
Figura 42 – Gráfico dos problemas mais comuns.....	53
Figura 43 – Gráfico do setor com mais problema.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensionamento de rampas.....	20
Tabela 2 – Meios de acessibilidade para tanques de piscinas.....	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo como modelo para laudo.....	35
Quadro 2 – Quadro resumo setor 01.....	37
Quadro 3 – Quadro resumo setor 02.....	38
Quadro 4 – Quadro resumo setor 03.....	39
Quadro 5 – Quadro resumo setor 04.....	40
Quadro 6 – Quadro resumo setor 05.....	41
Quadro 7 – Quadro resumo setor 06.....	42

LISTA DE SIGLAS

PcD – Pessoa com deficiência

CCPP – Clube Caça e Pesca de Porciúncula

NBR – Norma Brasileira

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

OMS – Organização Mundial da Saúde

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

m - metro

cm – centímetro

mm - milímetro

CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito

SIA - Símbolo Internacional de Acesso

LEC – Laudo de Estabilidade Estrutural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
1.1	OBJETIVOS.....	5
1.1.1	Objetivo Geral.....	5
1.1.2	Objetivos específicos.....	5
1.2	JUSTIFICATIVAS.....	6
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1	CLUBE CAÇA E PESCA DE PORCIÚNCULA.....	8
2.2	ACESSIBILIDADE.....	9
2.2.1	NBR-9050.....	10
2.2.2	Leis.....	28
2.2.2.1	Lei nº 10.098/2000.....	28
2.2.2.2	Lei nº 13.146/2015.....	29
2.2.3	Decreto.....	29
2.2.3.1	Decreto nº 5.296/2004.....	29
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	TÓPICOS DO LAUDO.....	33
4	RESULTADOS E MÉTODOS.....	36
4.1	SIMULAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO.....	36
4.2	ANÁLISE DA EDIFICAÇÃO.....	43
4.2.1	Rota acessível.....	43
4.2.2	Vaga reservada para veículo.....	43
4.2.3	Banheiros.....	43
4.2.4	Pisos irregulares.....	44
4.2.5	Rampa inacessível.....	44
4.2.6	Mobiliário e espaço reservado.....	44
4.3	QUESTIONÁRIO DE ACESSIBILIDADE.....	45
5	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo Censo 2010, cerca de 25% da população possui algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental. Dessa forma, torna-se evidente a importância de trazer a acessibilidade ao espaço.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com Deficiência, acessibilidade é:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Segundo decreto nº 6.949:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Na construção civil, a acessibilidade garante que o indivíduo com deficiência física ou pouca mobilidade tenha facilidade e segurança na utilização de espaços, assegurando assim um melhor acesso e qualidade de vida a essas pessoas. A falta dela pode ser observada na maioria das construções, principalmente nas mais antigas, sendo um problema em que muitas das vezes passa despercebido e não são corrigidos.

É direito “a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte” (LEGISLAÇÃO, 2008. p. 21).

A acessibilidade pode ser dividida em seis dimensões: “atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática” (Sassaki, 2002). Para elaboração do laudo técnico o foco será a dimensão

arquitetônica que é voltada a construções acessíveis como rampas, banheiros adaptados, piso tátil, e assim por diante.

Essa pesquisa visa melhorar o acesso e trazer um momento de lazer as pessoas com algum tipo de deficiência, através da reestruturação, com a inserção de elementos que tornem o ambiente mais acessível.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relatório técnico descrevendo o laudo de inspeção sobre acessibilidade do Clube de Caça e Pesca de Porciúncula (CCPP), visando destacar as inconformidades perante as normas e legislações vigentes e elaborar as recomendações necessárias para o enquadramento deste ambiente.

1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Realizar uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o assunto, tendo como fontes de pesquisa as normas da ABNT, as leis e os decretos federais;
- Realizar vistoria técnica em todos os ambientes do CCPP utilizando instrumentos de medições e câmera fotográfica para registro de todos os locais de uso comum do Clube;
- Averiguar as condições físicas no quesito acessibilidade, verificando se cada ambiente atende as exigências da Norma ABNT-NBR-9050 (2020) e demais normas relacionadas ao tema.
- Apresentar as falhas por meio de um memorial descritivo simulando um laudo técnico contendo o relatório fotográfico e propor projetos de melhorias para que seja feita a reestruturação/adaptação dos ambientes do CCPP que estejam em inconformidades. Exemplos de propostas de melhorias: construção de rampas, banco de transferência, corrimãos, pisos nivelados e antiderrapantes, e outros recursos de apoio conforme necessidade do local.

1.2 JUSTIFICATIVAS

A facilidade de acesso aos locais é um direito básico de todo cidadão, e através da engenharia civil é possível garanti-lo com o auxílio de construções adaptadas, essas que traz conforto, segurança e lazer as pessoas com deficiência. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população possui algum tipo de deficiência, isso mostra o quão necessário é tornar o espaço acessível. Não é apenas a construção de rampas que irá garantir o bem estar do deficiente, a acessibilidade é vasta, há muito mais o que se fazer.

De acordo com Amaral (1995, apud BARROSO, ET AL, 2012, p.17),

“... a deficiência existe e não se pode negá-la, apesar de muitos tentarem de diversas formas. A deficiência é considerada uma condição que é desviante, ou seja, diferente do normal por três motivos: anatômico-funcional que se refere às formas e as funções exercidas por sujeitos e objetos; estatístico que diz respeito a média de uma população em geral; modelo ideal que se configura pela comparação entre o indivíduo real e o ideal”.

A pessoa com deficiência ou qualquer tipo de limitação física a possui o direito de ser integrada na sociedade em diversas áreas, como cultura, lazer, esporte, educação e trabalho, pois faz parte deste social como todos os outros. Segundo Amaral (1995), “a integração da pessoa com deficiência se realiza em 4 níveis: físico, funcional, social e comunitária/societal”.

Mazzotta e D’Antino (2011) afirmam que a inclusão social se caracteriza como a “participação ativa nos vários grupos de convivência social.” (p.378). Deste modo, percebe-se que para a pessoa ser considerada um cidadão precisa pertencer a organizações e grupos. Portanto, a cultura, esporte e lazer possuem um importante papel para todos. Para Mazzotta (2006), quando existem obstáculos de acesso aos bens, serviços sociais e culturais, há uma privação à liberdade e a equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano. Acessibilidade não é somente a possibilidade de entrar em um ambiente, mas é o direito de participar ativamente no meio social. Trata-se de

cidadania e inclusão social. Desta forma, é obrigatório que todo o espaço de lazer de uso coletivo seja livre de barreiras, que possam impedir qualquer cidadão de usufruir este ambiente ou mobiliário.

Além da importância da inclusão, pode-se ainda destacar um outro quesito, a saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, saúde compreende o bem-estar físico, mental e social, não somente ausência de enfermidades. Dessa forma, o lazer é um dos itens fundamentais para a saúde de qualquer pessoa, somando-se aos já mencionados, esporte e cultura.

Segundo Bisognin (2000), “refletir sobre o lazer nas condições em que vive a maioria das pessoas com deficiência atualmente, e na parcela populacional que elas representam, significa refletir sobre o direito fundamental enquanto cidadão”. Buscar a democratização do lazer não significa estar alheio à percepção de outras necessidades, mas sim optar por um caminho diferente na conquista de melhores condições e qualidade de vida em sociedade. De acordo com estudo realizado por Kinney e Coyle (1992, apud BARROSO, ET AL, 2012, p.23 e 24), 42% das 790 pessoas com deficiência entrevistadas visam o lazer como fonte para obter uma vida satisfatória.

Dada a atualidade e complexidade da questão, analisando todos estes autores e verificando que as condições de acessibilidade do Clube de Caça e Pesca de Porciúncula (CCPP) possam ser melhoradas, este trabalho torna-se válido para poder aplicar na prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de engenharia civil, visando o bem-estar de toda uma comunidade sócia do CCPP.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão bibliográfica apresentada neste trabalho foi dividida em três grupos, iniciando resumidamente com o sintético histórico sobre o objeto de estudo, o Clube de Caça e Pesca de Porciúncula. Após a breve descrição sobre o CCPP, serão apresentadas as principais normas e decretos sobre a temática da acessibilidade.

2.1 CLUBE CAÇA E PESCA DE PORCIÚNCULA

O CCPP é um clube recreativo com uma área aproximada de 2 hectares, localizado na entrada principal do Município, ao lado do rio Carangola. Tem como objetivo principal a garantia do lazer aos seus sócios frequentadores, por meio de piscinas, quadras, campo, parquinho, e outros equipamentos/mobiliários.

Segundo o historiador municipal Vitor José de Araújo Cunha, foi fundado em 20 de janeiro de 1966 por Lucif Negem Dair, tendo em suas primeiras diretorias Edson Barroso de Carvalho, Olavo Pinto de Abreu, Manoel Lage, Joaquim Alves de Matos.

A figura 1 mostra a carteirinha do fundador do CCPP.



Figura 1: Fundador do Clube Caça e Pesca de Porciúncula

Fonte: Sumara Vieira Dair de Andrade, Memórias de Porciúncula por Vitor José

De acordo com Mendonça e Gonçalves e o Museu Virtual “Memórias de Porciúncula”, criado e administrado pelo mesmo Vitor José, citado acima, antes de se tornar clube, e, o espaço adquirido para a Instalação de um clube recreativo era um chiqueiro para alimentar porcos e pertencia aos irmãos Venâncio e Veloso (Casas da Banha).

A figura abaixo ilustra uma das primeiras fotografias do CCPP.



Figura 2: Clube de Caça e Pesca de Porciúncula no início

Fonte: Arquivo Histórico Adriana Amélia Pinto Coutinho

Após muitas administrações, algumas não exitosas, o CCPP encontra-se atualmente em funcionamento com uma grande variedade de eventos que estão voltando aos poucos pós-pandemia, além de constantes melhorias feitas pela atual administração e aquisição de novos mobiliários que estão atraindo novamente os sócios e visitantes.

São apresentadas nas figuras 3 e 4 algumas imagens mais recentes do CCPP.



Figura 3: Área das piscinas do CCPP

Fonte: Redes sociais do CCPP (2021)



Figura 4: Fotos do campo de futebol, quadra coberta, quadra de areia e parquinho Fonte:

Redes sociais do CCPP (2021)

Apesar das constantes melhorias, nota-se que existem pontos relacionados à acessibilidade que ainda não são atendidos. E para o melhor entendimento do tema, a seguir será apresentado uma breve fundamentação teórica sobre o assunto.

2.2 ACESSIBILIDADE

Restrito aos aspectos físicos e de comunicação, no que se refere acessibilidade, deve-se atender, como parâmetros mínimos, às disposições previstas na legislação federal, em especial o Decreto no 5.296/2004, dentre outros, e a norma ABNT NBR 9050/2020.

Todo profissional técnico, no momento de desenvolver um laudo também deve considerar, no momento da vistoria, a existência de leis das outras duas esferas legais (estadual e municipal), adotando o critério mais restritivo que encontrar. Destacasse que todas as intervenções que promovam acessibilidade devem garantir a todos o direito de ir e vir, com AUTONOMIA, CONFORTO e SEGURANÇA, em todos os locais do estádio

2.2.1 NBR-9050

É uma norma técnica brasileira criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no ano de 2004, atualizada em agosto de 2020. Foi criada com o intuito de garantir a acessibilidade as pessoas com deficiência e pouca mobilidade, sendo de suma importância por oferecer a essas pessoas uma melhor qualidade de vida. E para verificar o cumprimento da norma, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) fiscaliza através da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Segundo NBR-9050/2020, *“esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade”*. Tem como intuito facilitar *“a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas”*.

Como parâmetro Antropométrico, a figura 5 apresenta as dimensões referenciais (em metro) das pessoas com pouca mobilidade em pé com auxílio de bengala, andador com rodas andador rígido, muleta, tripé e cão-guia.

Dimensões em metros

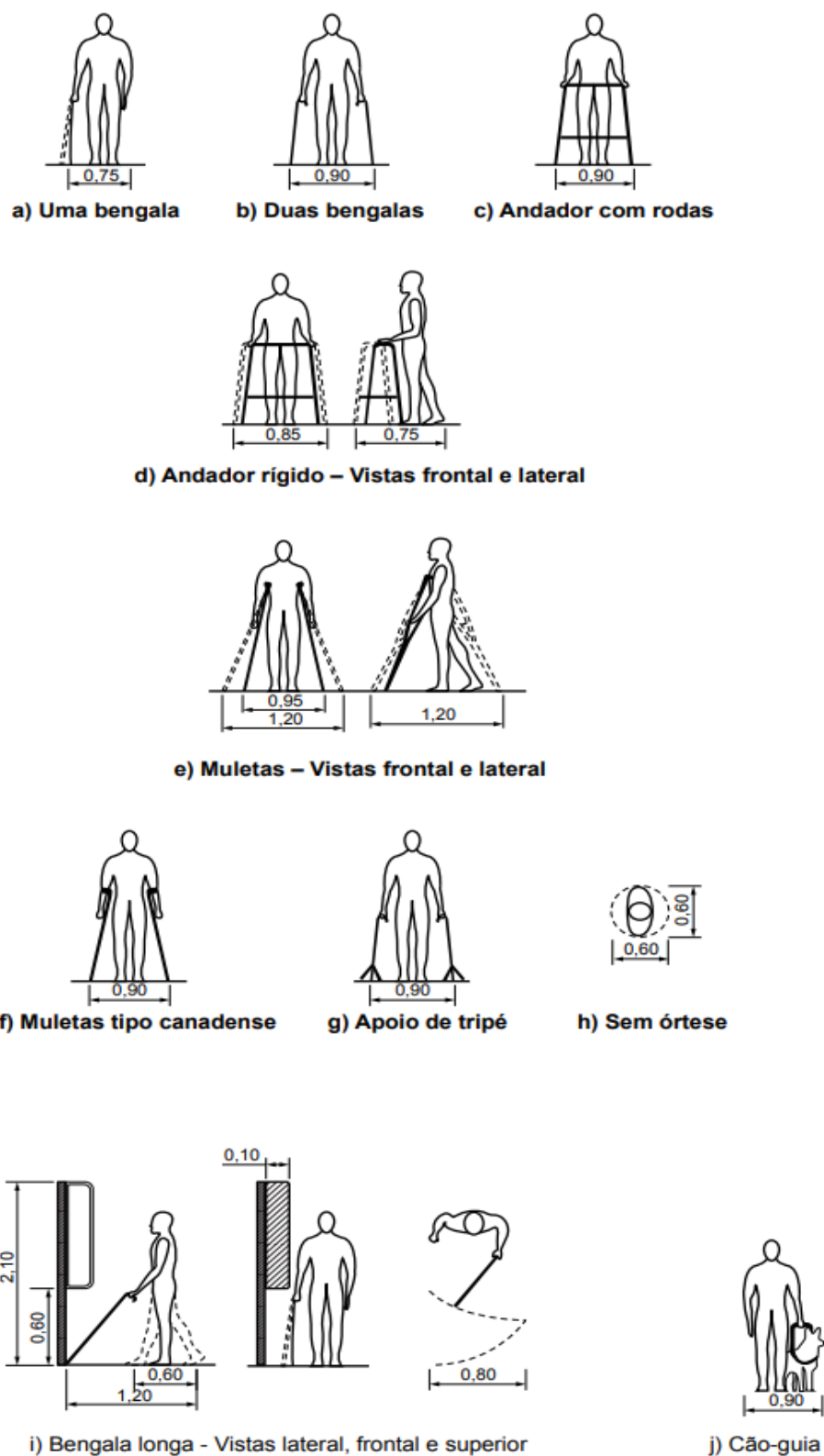


Figura 5: Dimensões referenciais pessoa em pé

Fonte: NBR-9050/2015

Na figura 6, são apresentas as dimensões para cadeirantes, seja em cadeiras de rodas manuais ou motorizadas, sem reboque. Para cadeiras cambadas ou esportivas, deve-se considerar uma largura mínima de 1,00 metro.

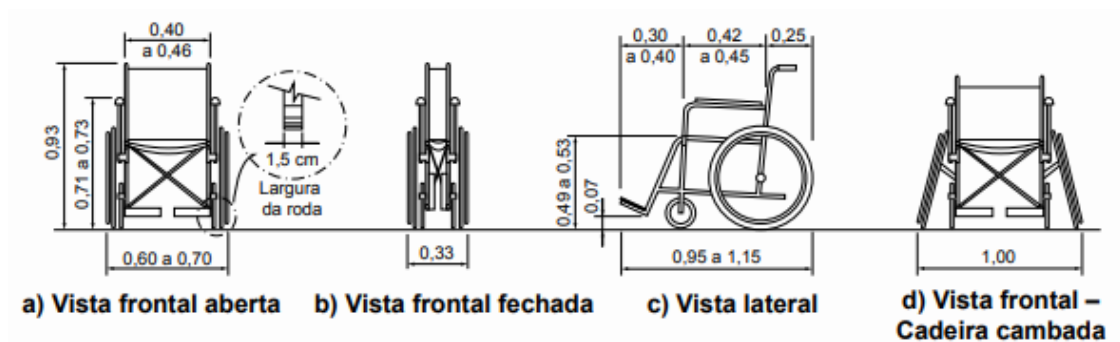


Figura 6: Dimensão cadeira de rodas

Fonte: NBR-9050/2020

Normalmente, em projetos de engenharia é utilizado uma área de referência e a NBR9050 recomenda a projeção de 0,80m x 1,20m no piso para uma pessoa utilizar cadeira de rodas seja ela motorizada ou não, conforme figura 7 abaixo.

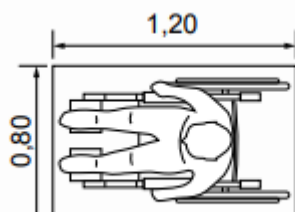
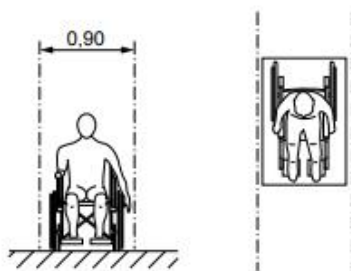


Figura 7: Dimensões do módulo de referência

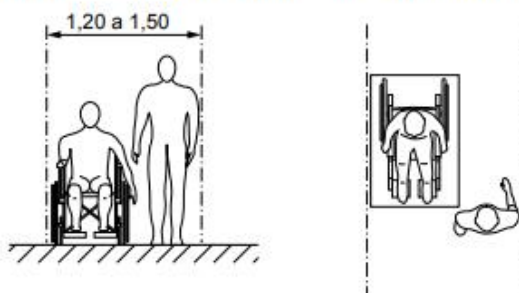
Fonte: NBR-9050/2020

Além das dimensões do objeto estático, um projeto acessível deve levar em consideração outros pontos tais como deslocamento e manobra. A figura 8 apresenta as medidas recomendadas para circulação e manobra, considerando suas dimensões de referência tanto para adulto quanto para criança.

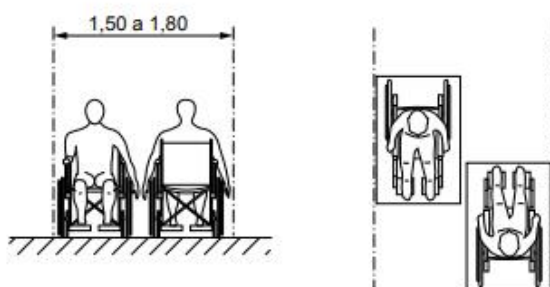
Dimensões em metros



a) Uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior



b) Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior



c) Duas pessoas em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior

Figura 8: Referencial deslocamento em linha reta

Fonte: NBR-9050/2020

Já para transposição de obstáculos isolados, a largura mínima essencial com extensão de no máximo 0,40 m deve ser 0,80 m, como mostra na figura 9. E quando a extensão for acima de 0,40 m deve possuir uma largura mínima de 0,90 m.

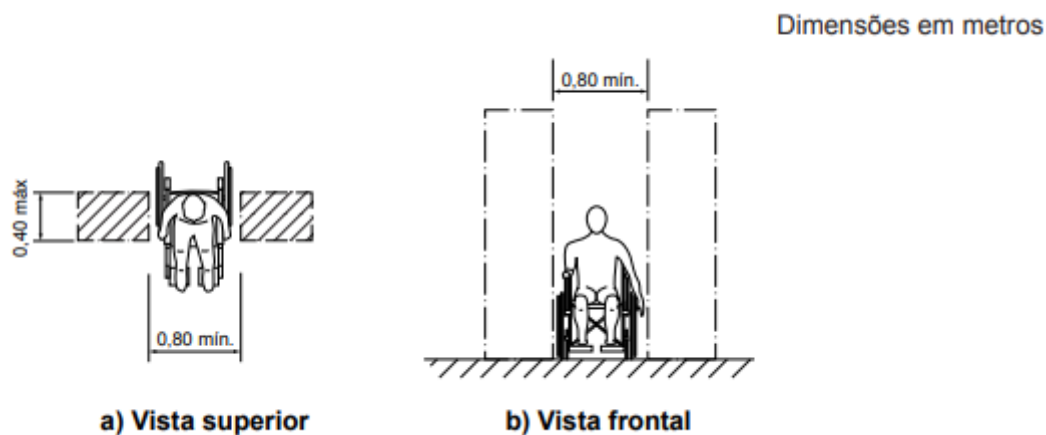


Figura 9: Largura para transposição

Fonte: NBR-9050/2020

A norma diz que mobiliários com 0,60 m até 2,10 m do piso e que tenham saliência maior que 0,10 m de profundidade podem representar riscos a deficientes visuais. A figura 10 mostra formas que abstêm da sinalização tátil e visual de alerta.

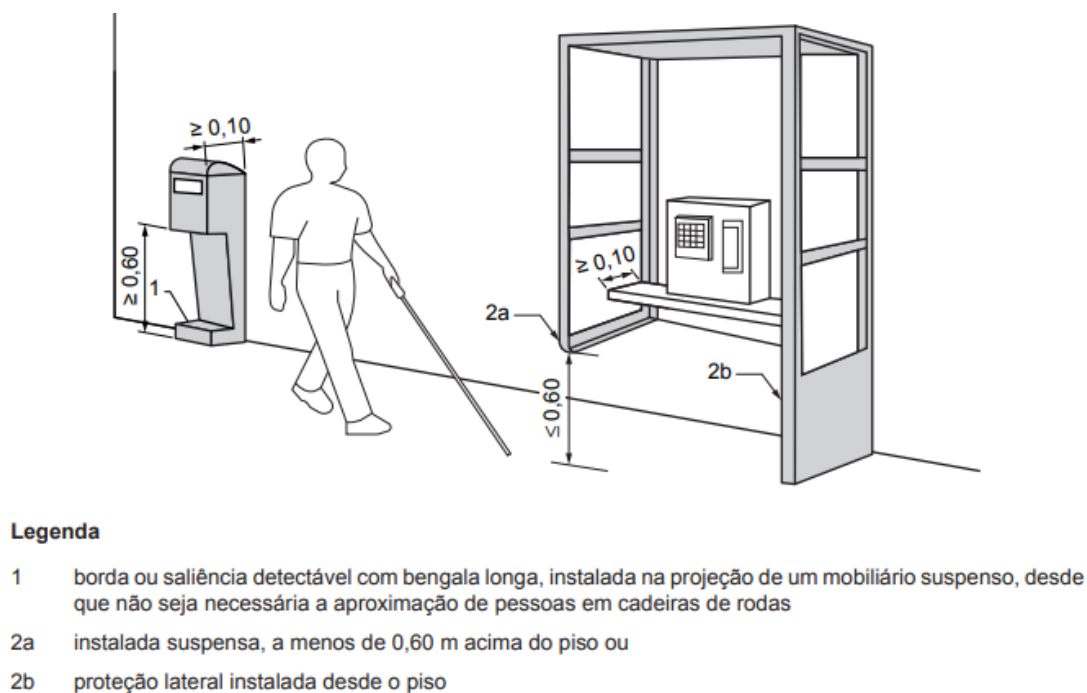


Figura 10: Mobiliários no percurso acessível

Fonte: NBR-9050/2020

A figura 11 apresenta as dimensões necessárias para manobra, sem deslocamento enquanto que a figura 12 apresenta as medidas da manobra com deslocamento.

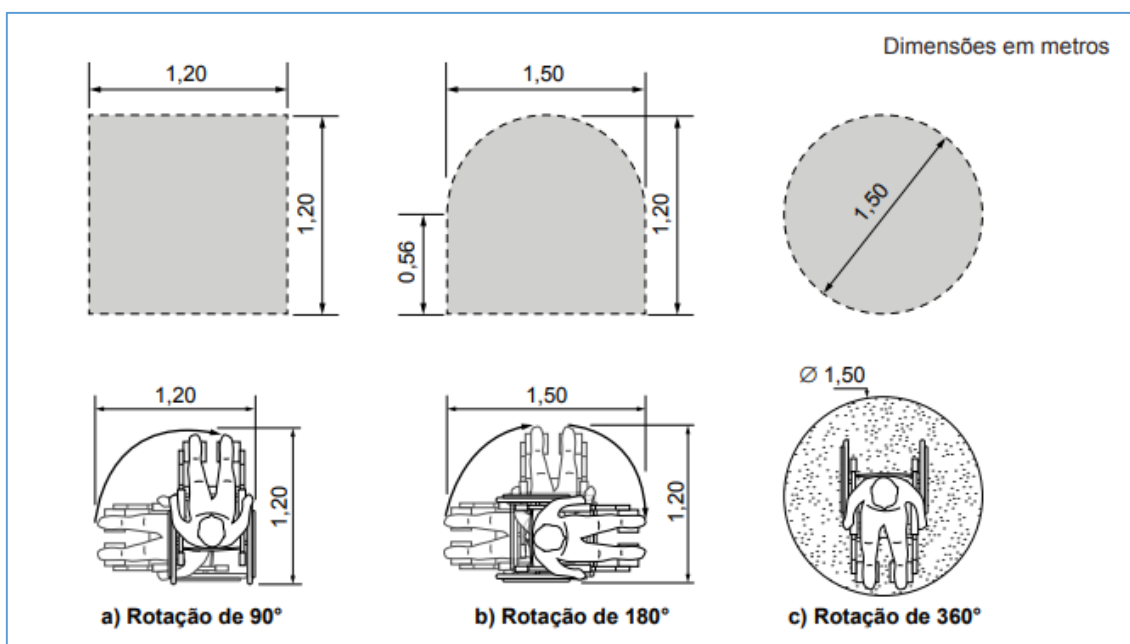


Figura 11: Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento

Fonte: NBR-9050/2020

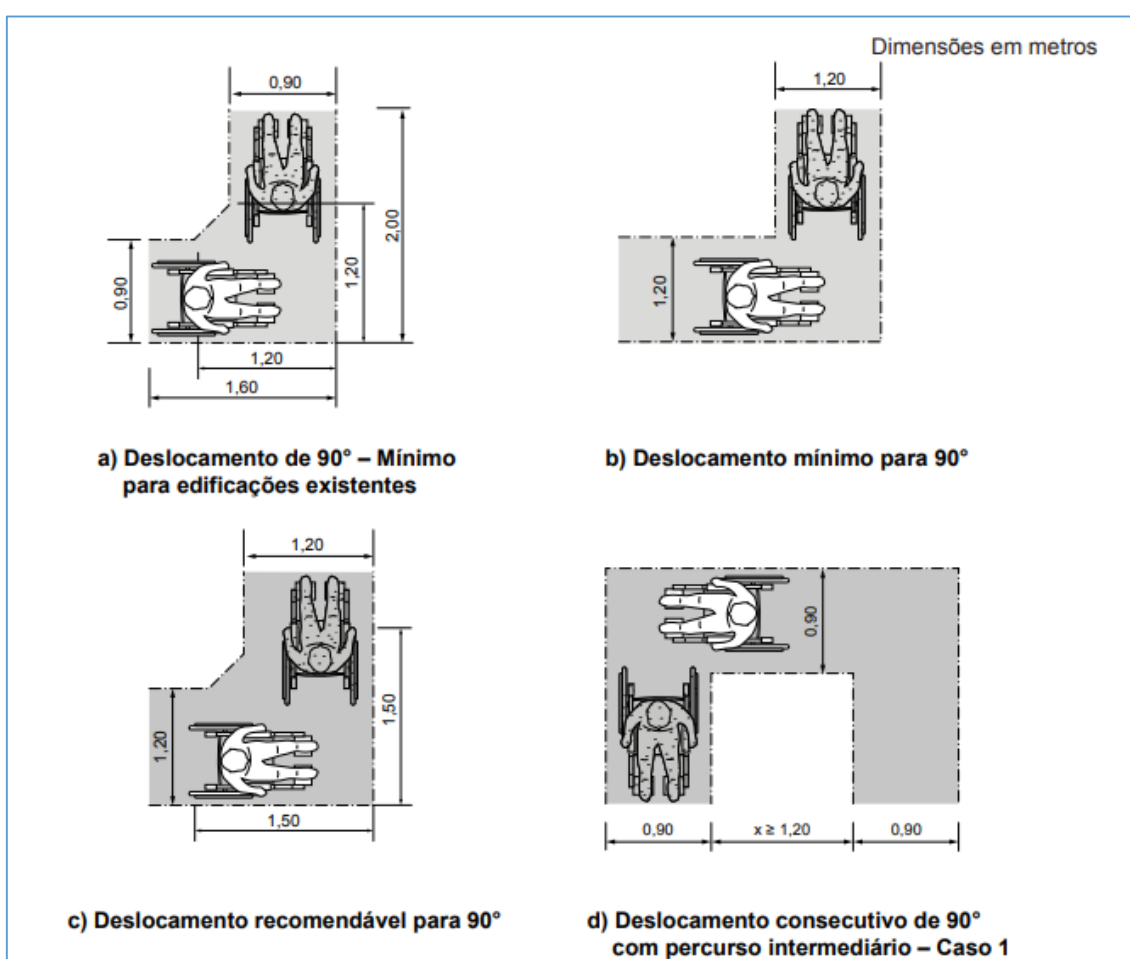


Figura 12: Manobra de cadeira de rodas com deslocamento

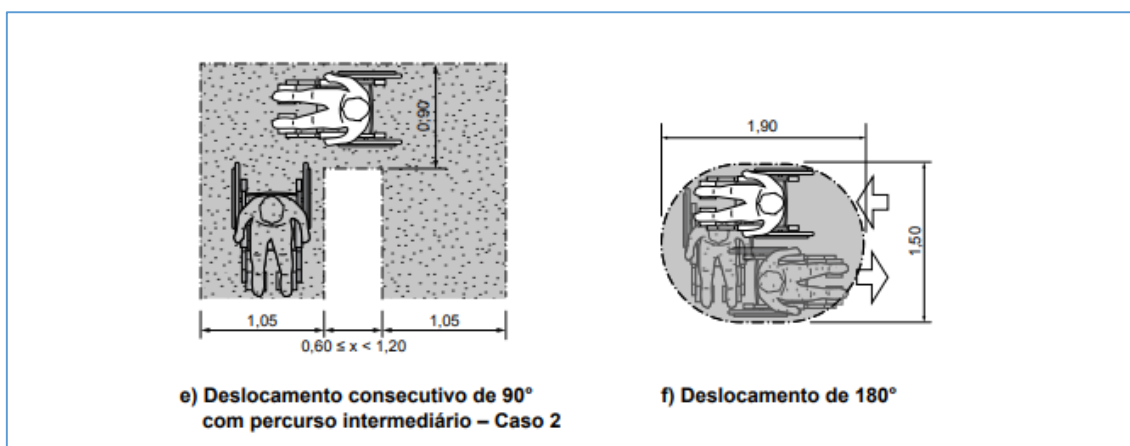


Figura 12: Manobra de cadeira de rodas com deslocamento (continuação)

Fonte: NBR-9050/2020

Adiante, dispõe na norma as dimensões da empunhadura.

Profere que:

“Objetos como corrimãos e barras de apoio, entre outros, devem estar afastados no mínimo 40 mm da parede ou com obstáculos. Quando o objeto for embutido em nichos, deve-se prever também uma distância livre mínima de 150 mm. Corrimãos e barras de apoio, entre outros, devem ter seção circular com diâmetro entre 30 mm e 45 mm, ou seção elíptica, desde que a dimensão maior seja de 45 mm e a menor de 30 mm. São admitidos outros formatos de seção, desde que sua parte superior atenda às condições desta Subseção. Garantir um arco da seção do corrimão de 270°”. (NBR-9050/2020)

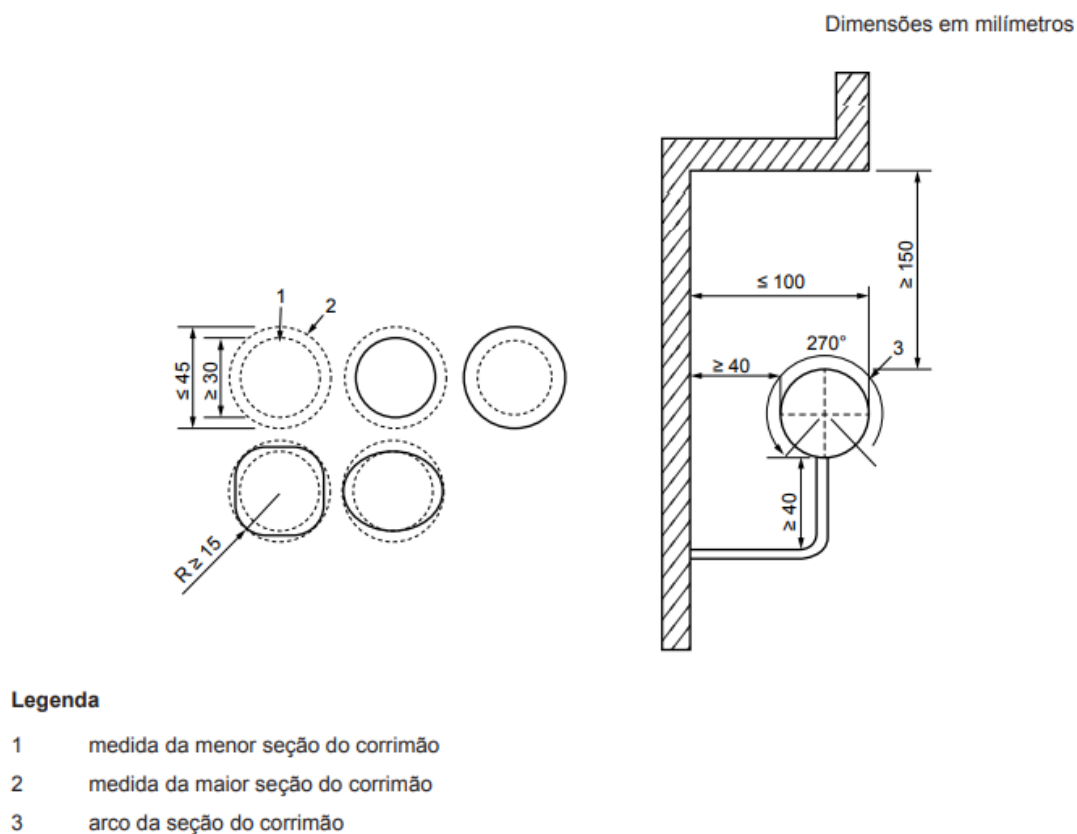


Figura 13: Empunhadura e seção do corrimão

Fonte: NBR-9050/2015

Em maçanetas, barras anti-pânico e puxadores os componentes para abertura de portas devem ter formato de fácil pega e que não exija torção do pulso para sua utilização.

A figura 14 mostra exemplos da localização de puxadores e maçanetas.

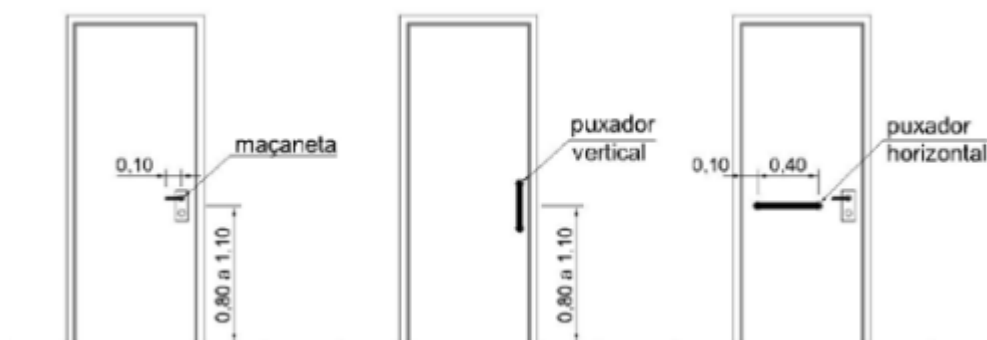


Figura 14: Exemplo localização de puxador e maçaneta

Fonte: NBR-9050/2020

Mobiliários, espaços e equipamentos devem possuir indicação e acessibilidade através do símbolo internacional de acesso (SIA), esse que constitui-se e um pictograma branco com fundo azul (podendo ser representado com pictograma branco e fundo preto ou inversamente), tem como propósito indicar acessibilidade de pessoas com deficiente e pouca mobilidade. O distintivo deve estar virado para o lado direito, como mostra a figura 15.



Figura 15: Exemplo símbolo de acesso

Fonte: NBR-9050/2020

A sinalização para espaço reservado para pessoa com cadeira de rodas deve possuir dimensões mínimas de 15 x 15 cm. A figura 16 ilustra o espaço para cadeirante com a sinalização horizontal aplicada.

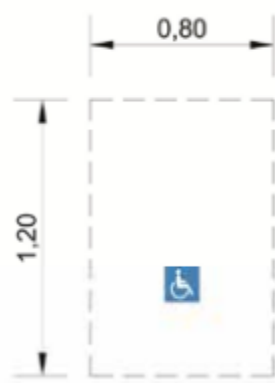


Figura 16: Sinalização do espaço para cadeirantes

Fonte: NBR-9050/2020

Para dimensionamento de rampas acessíveis, deve-se calcular a inclinação conforme equação descrita na figura 17, obedecendo os requisitos apresentados na tabela 1.

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

onde

i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

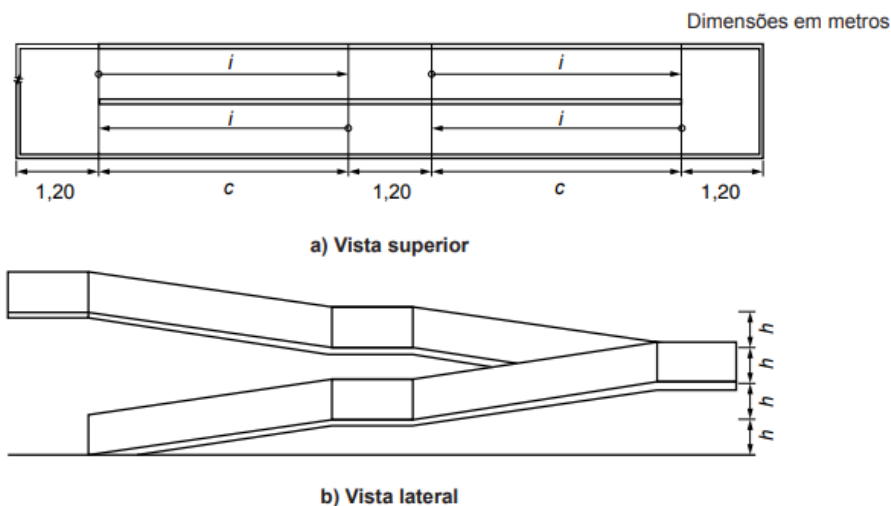


Figura 17: Dimensionamento de rampas

Fonte: NBR-9050/2020

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	Sem limite
0,80	$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	15

Tabela 1: Dimensionamento de rampas

Fonte: NBR-9050/2020

Segundo a NBR-9050/2020, escada é quando há uma sequência de três degraus ou mais. “A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9077. A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m, e deve dispor de guia de balizamento”.

Para dimensionamento deve-se considerar as condições a seguir:

- a) $0,63 \text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65 \text{ m}$,
- b) pisos (p): $0,28 \text{ m} \leq p \leq 0,32 \text{ m}$ e
- c) espelhos (e): $0,16 \text{ m} \leq e \leq 0,18 \text{ m}$;

Para garantir ainda mais a acessibilidade, deve-se inserir corrimãos em rampas e escadas. Na figura 18, exemplo de como é feito o dimensionamento

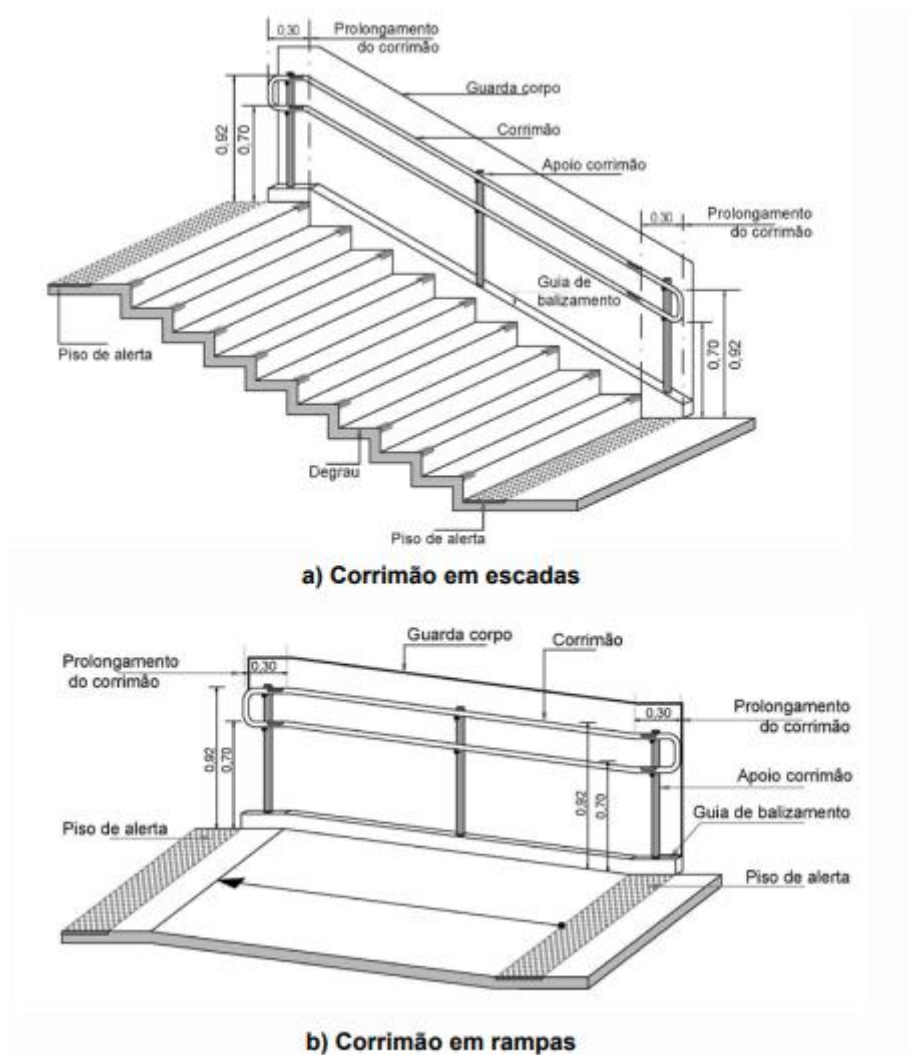


Figura 18: Corrimão em escada e rampa

Fonte: NBR-9050/2020

A norma diz que:

“Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o bocel ou quina do degrau (no caso de escadas) ou do patamar, acompanhando a inclinação da rampa. Devem prolongar-se por, no mínimo, 0,30 m nas extremidades”. (NBR-9050/2020)

Na circulação interna o dimensionamento de corredores deve levar em conta o fluxo de pessoas, garantindo uma faixa livre de obstáculos. As larguras mínimas são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas. (NBR-9050/2020)

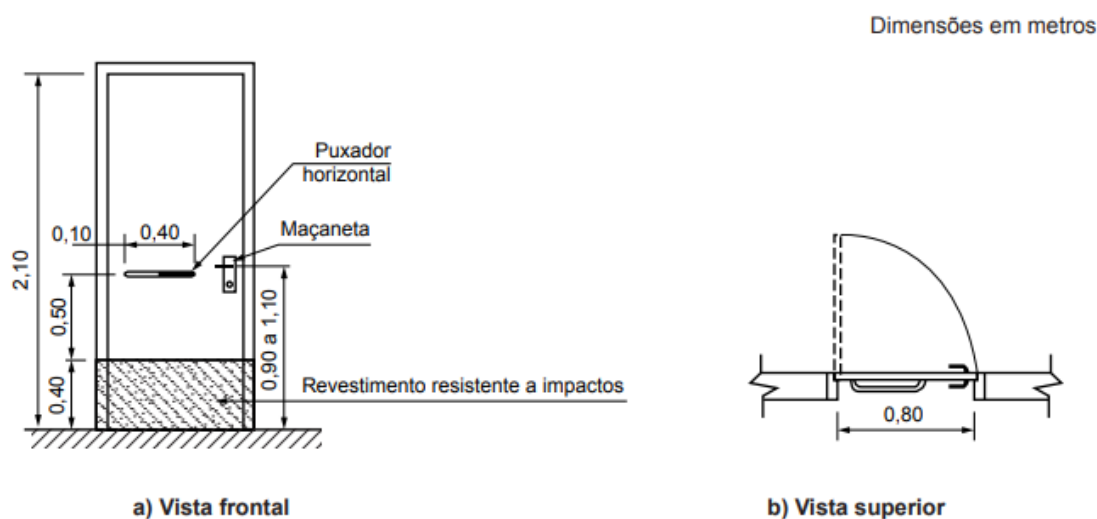


Figura 19: Exemplo de porta de vestiário e sanitário

Fonte: NBR-9050/2015

As portas devem ter um vão livre de maior ou igual 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Já as do sanitários e vestiários devem possuir, no lado oposto da abertura da porta, um puxador horizontal, como mostra a figura 19.

As vagas de estacionamento reservadas para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem ter:

- a) sinalização de vaga reservada para veículo;
- b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por

duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio;

c) estar vinculadas à rota acessível que as interligue aos polos de atração;

d) estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos;

e) ter piso regular e estável;

f) o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores deve ser de no máximo 50 m. (NBR-9050/2020)

Os sanitários devem ter circulação com giro de 360° e dimensões mínimas, como mostra a figura 20.

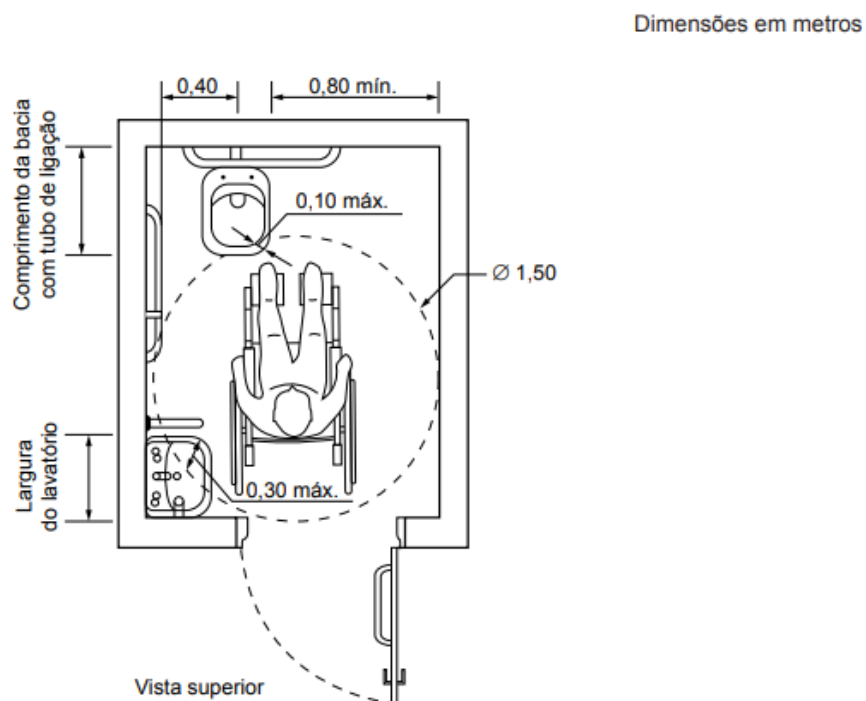


Figura 20: Dimensões mínimas sanitário acessível

Fonte: NBR-9050/2020

Em caso de reforma, podem ser seguidas as dimensões mínimas propostas pela NBR9050 (2020) na figura 21.

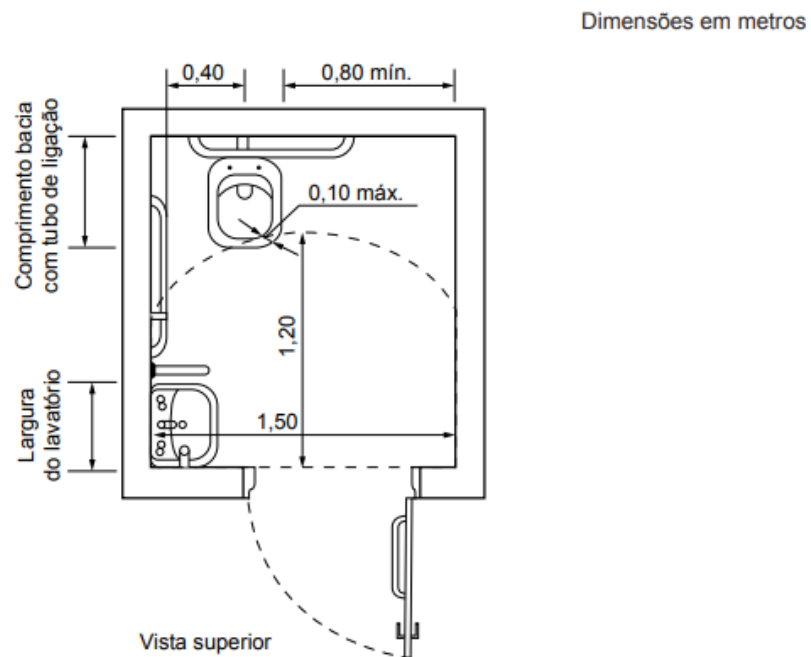


Figura 21: Dimensões mínimas sanitário acessível em caso de reforma

Fonte: NBR-9050/2020

Para garantir a segurança, deve-se instalar barras de apoio, com dimensões conforme mostrada na figura 22.

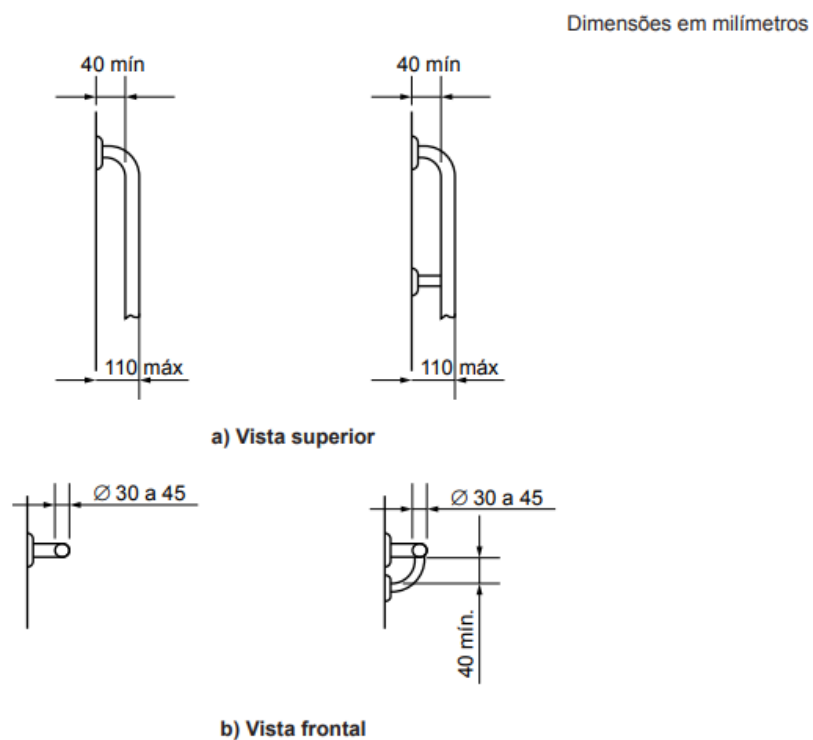


Figura 22: Dimensões de barra de apoio

Fonte: NBR-9050/2015

A norma diz que para garantir a acessibilidade em piscinas, deve seguir a tabela a seguir:

Meios de acessibilidade para tanque de piscina					
Tipo de piscina	Opção	Rampa	Equipamento de acesso	Banco de Transferência	Escada
1. Piscinas com tanque com perímetro de até 90 m. Adequar conforme opções 1.a ou 1.b	1.a	obrigatório	opcional	opcional	opcional
	1.b	opcional	obrigatório	opcional	opcional
2. Piscinas com tanque com perímetro maiores que 90 m. Adequar conforme opções 2.a a 2.e	2.a	obrigatório	obrigatório	opcional	opcional
	2.b	obrigatório	opcional	obrigatório	opcional
	2.c	obrigatório	opcional	opcional	obrigatório
	2.d	opcional	obrigatório	obrigatório	opcional
	2.e	opcional	obrigatório	opcional	obrigatório
3. Piscinas com tanque de onda, de correnteza artificial e outras cujo acesso é limitado a uma área. Adequar conforme opções 3.a ou 3.b	3.a	obrigatório	opcional	opcional	opcional
	3.b	opcional	obrigatório	opcional	opcional
4. Piscinas com tanques tipo Spas, ofurôs e similares. Adequar conforme opções 4.a ou 4.b	4.a	opcional	obrigatório	opcional	opcional
	4.b	opcional	opcional	obrigatório	opcional
NOTA Piscinas com tanque com altura de até 0,50 m na maior profundidade estão dispensados das exigências mencionadas nos itens acima					

Tabela 2: Meios de acessibilidade para tanques de piscina

Fonte: NBR-9050/2020

Quando for por banco de transferência, deve atender a figura__ e as seguintes disposições:

- a) ter altura entre 0,40 m e 0,48 m;
- b) ter extensão de no mínimo 1,20 m e profundidade de 0,45 m e reentrância de 0,20 m;

- c) ter barras para facilitar a transferência para piscina com distância entre elas de 1,00 m a 1,10 m;
- d) garantir área para aproximação e manobra de 360°, sendo que a área para transferência junto ao banco não pode interferir com a área de circulação;
- e) garantir o nível da água no máximo a 0,10 m abaixo do nível do assento do banco. (NBR-9050/2020)

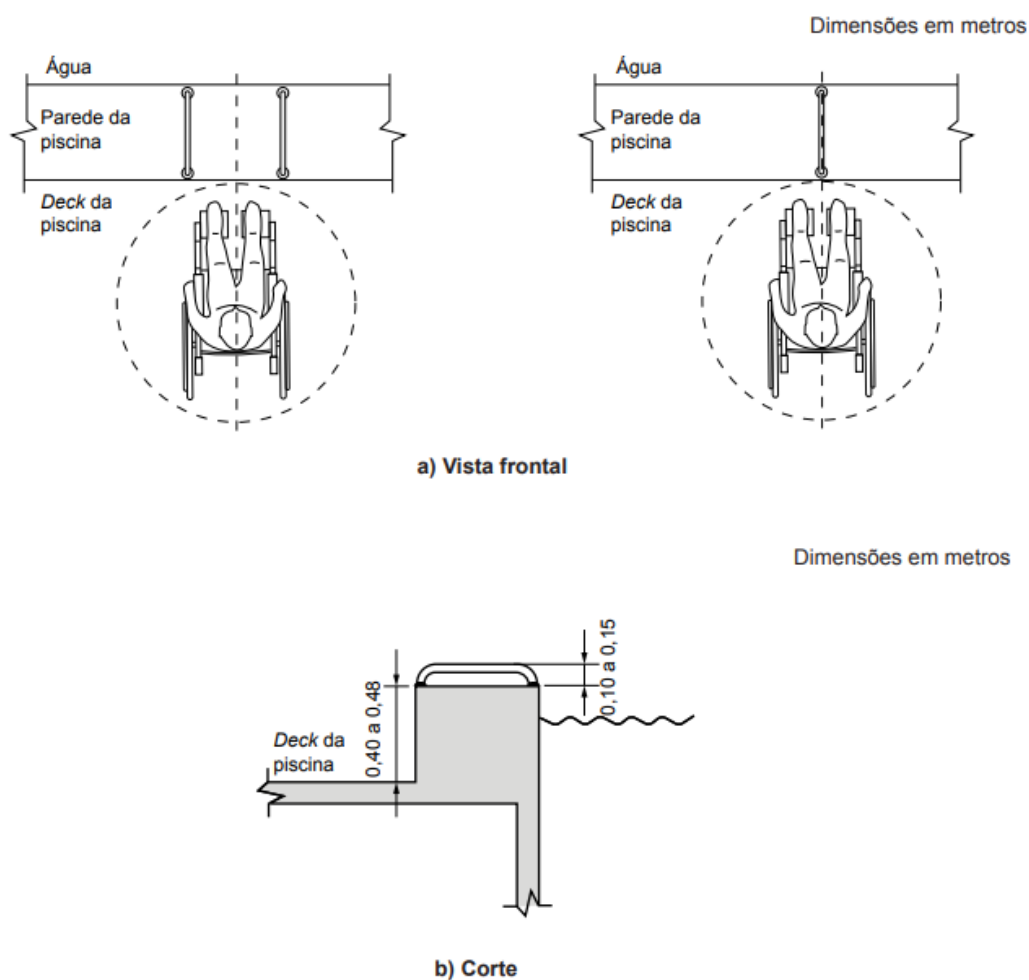


Figura 23: Banco de transferência em piscina

Fonte: NBR-9050/2015

Quando o acesso à piscina for por escada a “sua largura deve ser de 0,80 m a 1,00 m, os degraus submersos devem ter o piso variando de 0,35 m a 0,46 m e espelho de no máximo 0,20 m, além da instalação dos corrimãos nos dois lados e em três alturas.” Como mostra na figura 24:

Dimensões em metros

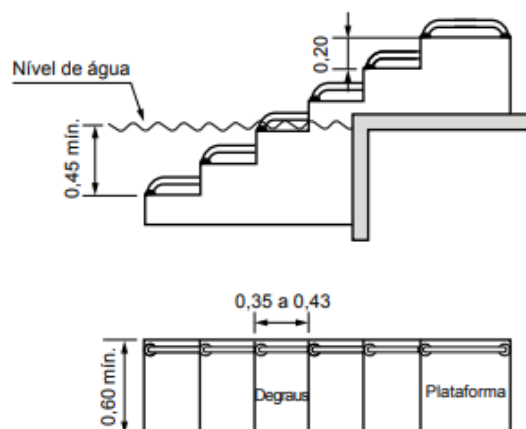


Figura 24: Escada submersa

Fonte: NBR-9050/2015

Se o acesso for por rampa “a inclinação pode ser de no máximo 8,33 % e o piso deve atender às especificações desta Norma. A rampa deve ter corrimão nos dois lados, a 0,70 m do piso.” (NBR-9050/2020)

2.2.2 LEIS

2.2.2.1 LEI Nº 10.098/2000

Publicada em 19 de dezembro de 2000, a Lei nº 10.098 tem a finalidade de promover acessibilidade a pessoas com deficiência (impedida a longo prazo) ou pouca mobilidade (a curto prazo, como gestante, lactante, obeso, idoso e pessoa com criança de colo) através da eliminação de barreiras presentes no dia a dia.

É disposto na lei capítulos com:

Disposições gerais, que determina: “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos” que dificulte o acesso, segurança e movimentação dos usuários. (LEI Nº 10.098/2000)

Também consta na Lei nº 10.098/2000 capítulos com:

- Definições;
- Elementos da urbanização de vias e uso público;

- Desenho e localização do mobiliário urbano;
- Acessibilidade nos edifícios públicos ou coletivo, e privado;
- Veículos de transporte coletivo, sistema de comunicação e sinalização;
- Ajudas técnicas;
- De fomento a eliminação de barreiras;
- Disposição final.

2.2.2.2 LEI Nº 13.146/2015

Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, constituída em 6 de julho de 2015. Tem como objetivo garantir o direito de igualdade as PcD (pessoas com deficiência) através da inclusão social.

Ênfase ao Capítulo IX, Inciso III, Artigo 42, que diz respeito ao direito à cultura, ao esporte, ao turismo e lazer. E que deve: “assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas”. (LEI Nº 13.146/2015)

Além disso, deve-se destacar também, o Título III, Capítulo I, Artigo 53, que diz: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. (LEI Nº 13.146/2015)

2.2.3 DECRETO

2.2.3.1 DECRETO Nº 5.296/2004

Divulgado em 2 de dezembro de 2004, o decreto nº 5.296/2004 é regulamentado pelas Leis nº 10.048 e 10.098. Fica sujeito a cumprimento para: “a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva”. (DECRETO Nº 5.296/2004)

No capítulo II, artigo 26 consta que: “ Nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em

conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT”. (DECRETO Nº 5.296/2004)

Dispõe as condições gerais da acessibilidade no capítulo III e implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística no capítulo IV, conforme preconiza: “A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto”. (DECRETO Nº 5.296/2004)

No capítulo II, artigo 26 consta que “ Nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT”. (DECRETO Nº 5.296/2004)

3 METODOLOGIA

As pessoas com deficiência e limitações motoras se deparam com diversas barreiras no espaço físico em seu dia a dia e com o intuito de eliminá-las deve-se considerar para elaboração deste trabalho as barreiras arquitetônicas. Segundo Lei nº 10.098/2000, barreira é “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas” e barreiras arquitetônica urbanística são “as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público”

O objeto de estudo é o Clube de Caça e Pesca de Porciúncula/RJ, onde foi realizado um laudo técnico de acessibilidade verificando as reais condições em que este importante ponto turístico Municipal se encontra e o que pode ser feito para eliminar essas barreiras dentro de sua propriedade.

Na figura 25 e 26 encontra-se a entrada e o mapa de localização do Clube Caça e Pesca de Porciúncula, sendo situado na Rua Prefeito Ivon Chein Mansur, 376 – Centro, Porciúncula – RJ.



Figura 25: Mapa de localização Clube Caça e Pesca de Porciúncula

Fonte: Google Earth

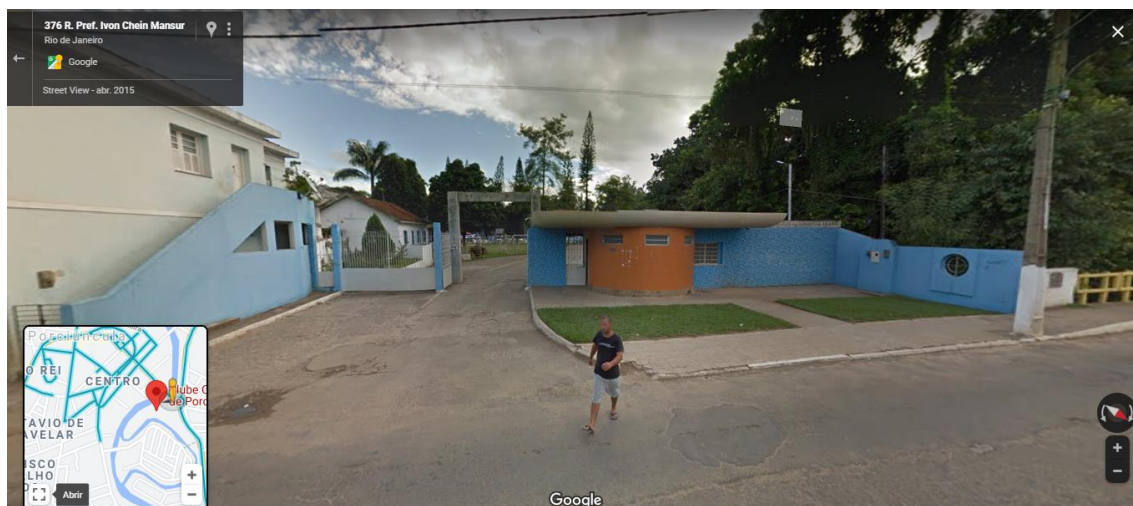


Figura 26: Entrada do Clube Caça e Pesca de Porciúncula

Fonte: Google Maps

A realização do presente trabalho foi dividido em 5 fases. Para levantamento de informações utilizou-se a metodologia qualitativa e quantitativa. A qualitativa está associada a pesquisa bibliográfica e exploratória, já a quantitativa relacionada aos dados obtidos por meio de questionários e pesquisas.

O estudo bibliográfico compreende a fase inicial deste trabalho, onde foi realizado através de consultas de normas, legislações e manuais técnicos, que diz respeito a acessibilidade, que são: NBR-9050/2020, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 e Decreto nº 5.296/2004.

A segunda fase corresponde a inspeção para conhecimento do objeto em estudo, onde foram apresentados todos os ambientes abertos ao público. Após a visita, foi confeccionada uma planta de situação, com a setorização dos ambientes estudados do CCPP. Esta setorização nada mais é que reunir e organizar os espaços do Clube de forma coerente entre si.

Esse planejamento de ambiente, com a setorização de espaços, é uma etapa importante onde foi montado o fluxograma de vistoria da fase seguinte.

Após a segunda fase, foi realizada na terceira etapa a visita técnica (vistoria) ao CCPP, para verificação e avaliação das condições de acessibilidade dos ambientes de uso comum. Foram realizadas medições e registros fotográficos por meio de câmeras fotográficas.

A análise foi feita em áreas de uso comum, como portaria; estacionamento; banheiros; piscinas; salão; entre outros, levando em consideração se esses ambientes oferecem acessibilidade aos usuários.

Além dos registros confeccionados por esta autora, foi realizada uma pesquisa com a avaliação do grau de satisfação dos usuários/sócios do CCPP sobre acessibilidade, mobilidade e conforto.

Para esta pesquisa, foi disponibilizado um questionário por meio do site Pesquisa on-line, divulgado via whatsapp e e-mail durante as férias de verão 2021/2022.

Com a coleta de dados, inicia-se a 4ª fase. Foram verificados os principais mobiliários/espços que estavam em desacordo com as exigências das normas relacionadas à acessibilidade. E assim, foi formulado um memorial descritivo, simulando um laudo técnico profissional. Os tópicos mínimos levantados para a elaboração do laudo de vistoria está descrito no item 3.1.

Na quinta fase dentre todos os problemas detectados foi proposto melhorias, obedecendo as normas de vigência. Melhorias essas, como por exemplo:

- Instalação de banco de transferência na piscina, o que facilita o acesso da PcD ou mobilidade reduzida, através dela é possível descer até uma profundidade segura. Sendo uma forma mais simples por ser uma instalação e não precisar de reforma como rampas e escadas submersas, que também são outros meios de acessibilidade em piscinas;
- Inserção de piso antiderrapantes, dentro e fora da piscina. Isso irá assegurar que evitem escorregamentos dos banhistas;
- Corrimãos e barras de apoio em rampas, escadas, banheiros, e onde mais for necessário;
- Acessórios de acessibilidade nos banheiros, como a instalação de barra de apoio atrás e ao lado do vaso sanitário, ducha higiênica, portas acessíveis com largura mínima de 80 cm para deslocamento de cadeirantes, lixeira com abertura basculante ou automatizada, área livre embaixo da pia, entre outros;

- Assegurar vaga para deficiente no estacionamento, que por Lei Federal é um direito regulamentado pelo CONTRAN que determina 2% a portadores de deficiência;
- Implantação de rotas acessíveis para que não haja nenhum obstáculo; entre outros elementos.

Ainda sobre as recomendações, foi implantado

3.1 TÓPICOS DO LAUDO

A lista dos tópicos mínimos para a elaboração de Laudo de Vistoria de Engenharia Acessibilidade e Conforto é disposta da seguinte forma: Introdução, desenvolvimento do corpo do laudo e conclusão.

A introdução do laudo contém:

- Identificação do solicitante e dados do contratado;
- Classificação do objeto da vistoria com informações que relatem a tipologia construtiva, os sistemas construtivos, divisões e nomes dos setores e suas capacidades informadas, dentre outros dados relevantes à caracterização do objeto da vistoria, com base, inclusive, na documentação apresentada para o vistoriador (esta autora);
- Localização;
- Croquis com a setorização e detalhes apresentando os principais volumes, acessos, decessos, setores e outros elementos considerados importantes para facilitar a percepção do local como um todo;
- Especificar a data e hora da vistoria;

Para o desenvolvimento do corpo do laudo, este contém:

- Descrição técnica do objeto (tipologia e padrão construtivo; utilização e ocupação; idade da edificação);
- Nível utilizado;
- Critério e metodologia adotados;

- Lista de verificação dos elementos construtivos e equipamentos vistoriados com a descrição e localização das respectivas anomalias, falhas e demais inconformidades;
- Classificação e análise das inconformidades quanto ao grau de relevância;
- Observações sobre a documentação analisada.

É contemplado na conclusão do laudo:

- Análise das não conformidades observadas e recomendações gerais quanto à criticidade e outros aspectos;
- Indicação das orientações técnicas e/ou lista das medidas preventivas e corretivas necessárias à correção de falhas e anomalias, inclusive recomendação quanto a necessidade de produção do Laudo de Estabilidade Estrutural (LEE), visto que há relatos de uma área específica próximo a piscina que está interditada por aparecimento de manifestações patológicas em uma estrutura que dá acesso aos trampolins;
- Indicação da ordem de prioridade na resolução das inconformidades;
- Indicação de medidas complementares a análise conclusiva das irregularidades encontradas e outras avaliações especializadas.
- Data do Laudo;
- Assinatura do(s) responsável (eis) técnico (s), acompanhada do registro no CREA
- Validade do presente laudo, no geral, de 2 (dois) anos a partir da data de sua emissão.

Quanto as recomendações propostas pela autora, as sugestões das adaptações necessárias seguirão as seguintes premissas:

Adaptações Simples (S): movimentação de mobiliário, placas, sinalização, troca de maçanetas. Podendo ser realizado por equipe de manutenção do local.

Adaptações de Aquisição (A): adquirir materiais necessários.

Adaptações Civis (C): projetos, adequação de sanitários PcD, construção de rampas, instalação de plataformas. Faz-se necessária mão de obra especializada.

Segue abaixo um modelo de quadro que será utilizado na apresentação do laudo de vistoria.

ELEMENTOS	AÇÃO elaboração adequação aquisição	ADAPTAÇÕES simples [S] aquisição [A] civis [C]
1-CALÇADA OU PASSEIO PÚBLICO		
2- ESTACIONAMENTO		
3- ACESSO A EDIFICAÇÃO		
4- EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA		
5- ESQUADRIAS		
6- SANITÁRIO ACESSÍVEL		
7- MOBILIÁRIO		

Quadro 1: Quadro resumo como modelo para laudo
Fonte: Laudo de acessibilidade – Campus Concórdia

4 RESULTADOS E MÉTODOS

4.1 SIMULAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO

A elaboração do laudo técnico foi realizada a partir do estudo bibliográfico e vistorias feitas ao Clube Caça e Pesca de Porciúncula, verificando os problemas de acessibilidade que se encontram presentes nas áreas de uso comum. Essa simulação de laudo será disponibilizada no arquivo LAUDO DE ACESSIBILIDADE DO CCPP.

Para isso foi feita a coleta de dados por meio de registros fotográficos e medições, em sequência executada a setorização.

Esses ambientes foram divididos em seis setores, que são:

- Setor 1: Estrutura frente, portão de entrada, portaria, secretaria e estacionamento;
- Setor 2: Parquinho, peteca e quadras;
- Setor 3: Piscina e bar;
- Setor 4: Deck (banheiros e sauna);
- Setor 5: Salão;
- Setor 6: Campo e entorno.

Os resultados simplificados serão apresentados nos quadros a seguir:

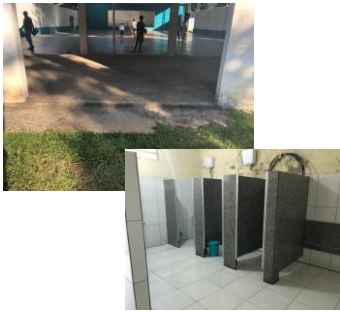
SETOR 01 (ENTRADA, ANTIGA PORTARIA, ESTACIONAMENTO E SECRETARIA)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
CALÇADA ENTRADA	Não há sinalização tátil direcional e de alerta	Aquisição e instalação de piso tátil (direcional e alerta)		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Não possui simbologia	Instalação de símbolo cadeirante		Item 5.3.2 - A indicação de acessibilidade deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso
ANTIGA PORTARIA	Piso irregular	Reforma da calçada		Item 6.3.2 - A superfície deve ser regular, não trepidante
	Desnível de 2 centímetros	Inclinação para desnível		Item 6.3.4 - Desnível acima de 2 cm considera-se como degrau
	Falta de sinalização tátil direcional e de alerta	Construção rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
ESTACIONAMENTO	Não possui vagas reservadas a deficientes e idosos	Vagas preferenciais		Item 6.14 - Há dois tipos de vagas reservadas; veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos, e veículos que conduzam ou sejam conduzidos por deficientes
SECRETARIA	Altura peitoril inadequado	Adequação peitoril recepção	 	Item 9.2.1.4 - Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m
	Sem rota de acessibilidade	Rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Não possui entrada acessível	Adequação entrada		Item 6.2.1 - Nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis

Quadro 2: Quadro resumo setor 01

Fonte: Elaboração própria

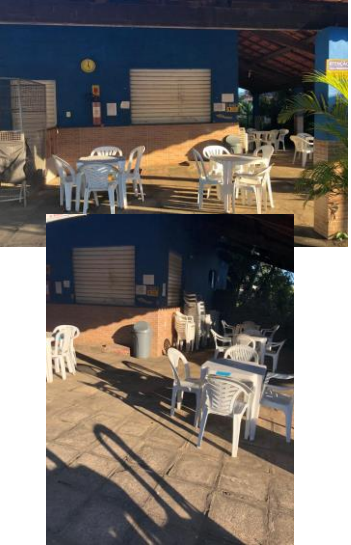
SETOR 02 (PARQUINHO E QUADRAS)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
PARQUINHO	Não há rota para cadeirantes	Pavimentação e instalação de rota acessível		Item 10.13.1 - Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis
	Não possui nenhum brinquedo adaptado	Aquisição de brinquedo acessível		Item 10.13.4 - Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.
PETECA	Não há rota acessível	Rota acessível ao entorno		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Não há espaço reservado a pessoa com deficiência	Mobiliário com espaço para cadeirante		Item 10.11.4 - As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares.
QUADRA DE AREIA	Não possui rota	Rota acessível ao entorno		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Não há espaço reservado a pessoa com deficiência	Mobiliário com espaço para cadeirante		Item 8.1 - Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal
QUADRA	Não há rota acessível	Rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Banheiro inacessível	Adequação banheiro		Item 7.3.1 - Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal
	Desnível de 10 centímetros	Rampa para desnível		Item 6.3.4 - Desnível acima de 2 cm considera-se como degrau

Quadro 3: Quadro resumo setor 02

Fonte: Elaboração própria

SETOR 03 (PISCINA E BAR)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
PISCINA	Não possui rota	Rota acessível ao entorno		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Sem pisos antiderrapantes ao redor	Pisos antiderrapantes		Item 6.3.2 - Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)
BAR	Não há cardápio acessível	Cardápio em braile e caracteres ampliados		Item 10.8.2.3 - Quando o local possuir cardápio, ao menos um exemplar deve estar em Braille e em texto com caracteres ampliados
	Não possui rota	Rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Sem banheiro na área	Construção banheiro acessível ao lado		Item 7.3.1 - Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal
	Altura peitoril inadequado	Adequação peitoril bar		Item 9.2.1.4 - Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m
	Mesas sem prioritário	Mesa reservada prioritária		Item 10.8.1 - Os restaurantes, refeitórios e bares devem possuir pelo menos 5 % do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis à P.C.R. Estas mesas devem ser interligadas a uma rota acessível e atender ao descrito em 9.3.2. A rota acessível deve incluir o acesso ao sanitário acessível

Quadro 4: Quadro resumo setor 03

Fonte: Elaboração própria

SETOR 04 (DECK, BANHEIROS E SAUNA)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
DECK	Não possui rota	Rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Rampa com degraus	Adequação rampa		Item 6.7 - Quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa
BANHEIROS	Inacessível	Adequação banheiros		Item 7.1 - Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual, definidos na Seção 4
SAUNA	Desnível	Rampa para acesso		Item 6.3.4 - Desnível acima de 2 cm considera-se como degrau
	Dimensões das portas	Adequação dimensões das portas		Item 6.11.2.4 - As portas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura
	Área de circulação	Aumentar área para circulação para cadeirantes		Item 4.3.4 - As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, são: a) para rotação de 90° = 1,20 m × 1,20 m; b) para rotação de 180° = 1,50 m × 1,20 m; c) para rotação de 360° = círculo com diâmetro de 1,50 m.
	Falta de rota	Aquisição e instalação de piso tátil (direcional e alerta)		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos

Quadro 5: Quadro resumo setor 04

Fonte: Elaboração própria

SETOR 05 (SALÃO)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
SALÃO	Piso irregular	Manutenção		Item 6.3.2 - A superfície deve ser regular, não trepidante
	Não há rota acessível	Instalação de rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Banheiro inacessível	Adequação banheiro		Item 7.1 - Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual, definidos na Seção 4
	Mesa sem prioritário	Mesa reservada prioritária		Item 10.8.1 - Os restaurantes, refeitórios e bares devem possuir pelo menos 5 % do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis à P.C.R. Estas mesas devem ser interligadas a uma rota acessível e atender ao descrito em 9.3.2. A rota acessível deve incluir o acesso ao sanitário acessível

Quadro 6: Quadro resumo setor 05

Fonte: Elaboração própria

SETOR 06 (CAMPO)

ELEMENTO	DESACORDO	AÇÃO	FOTO	NORMA NBR/9050
CAMPO E ENTORNO	Não há espaço reservado a pessoa com deficiência	Mobiliário com espaço para cadeirante		Item 8.1 - Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal
	Não há rota para cadeirantes	Pavimentação e instalação de rota acessível		Item 5.4.6 - A sinalização tátil e visual servem para informar a pessoa com deficiência visual a existência de desníveis ou riscos
	Banheiro inacessível	Regularização banheiro do salão		Item 7.3.1 - Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal

Quadro 7: Quadro resumo setor 06

Fonte: Elaboração própria

4.2 ANÁLISE DA EDIFICAÇÃO

Ao longo das visitas realizadas foi perceptível o não cumprimento das normas e legislação de acessibilidade, no qual a edificação encontra-se com várias barreiras presentes no mobiliário e espaço.

Nos itens abaixo serão especificados os problemas mais comuns que foram encontrados nos ambientes de uso geral.

4.2.1 Rota acessível

De acordo com a NBR 9050/20 “é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida.”

Após vistoria, foi visto que nenhum ambiente possui rota acessível, onde apresentam desníveis, piso irregular trepidante, falta de sinalização e ausência de pisos táteis direcionais e de alerta.

4.2.2 Vaga reservada para veículo

A norma diz que deve possuir uma vaga reservada para veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos e outra para pessoas com deficiência.

Atualmente o clube não possui vaga prioritária para idosos, nem pessoas com necessidades especiais.

4.2.3 Banheiros

Os sanitários devem possuir dimensões mínimas de portas, áreas de circulação e deslocamento, acessórios acessíveis como barras de apoio, pisos nivelados, e estar próximas a circulação principal.

Analisando os banheiros e sauna, foi visto que não se encontram acessível. Isso porque apresentam problemas como: desníveis em sua entrada; não possui área suficiente para deslocamento e rotação de cadeirantes; dimensões de portas e sanitários abaixo do exigido pela norma; falta de barras de apoio e empunhadura.

4.2.4 Pisos irregulares

Segundo a norma o chão devem ter superfície regular, não trepidante para dispositivos com rodas e ser antiderrapante, sob qualquer condição.

Foi visto que o local apresenta superfícies esburacadas, ou que não possui pavimentação, como na área do parquinho, quadras e campo, como também pisos antiderrapantes em áreas molhadas.

4.2.5 Rampa inacessível

Para assegurar a acessibilidade a norma define os limites de inclinação e os desníveis a serem combatidos.

Observa-se que as rampas presentes no deck não garantem o acesso, pois são finalizadas com degraus, e analisando os outros ambientes é possível ver apresentam desníveis de um piso ao outro, gerando degrau, necessitando assim da construção de rampas para deslocamento de cadeirantes.

4.2.6 Mobiliário e espaço reservado

As mesas ou superfícies devem estar localizadas próximas a uma rota acessível, com dimensões ideais e com área que permita a rotação.

No parquinho, quadra e campo não há um espaço reservado a pessoas com deficiência, juntamente com o bar da piscina e do salão que não apresentam mesas prioritárias reservadas ao mesmo, bem como não possui cardápio em braille.

4.3 QUESTIONÁRIO DE ACESSIBILIDADE

Foi realizado um questionário on-line para saber o grau de satisfação dos visitantes/sócios do clube sobre a acessibilidade. Para esta etapa foi feita uma pesquisa que ficou disponível para preenchimento por meio do Google Forms, divulgado via rede social. O resultado se encontra nos gráficos abaixo:

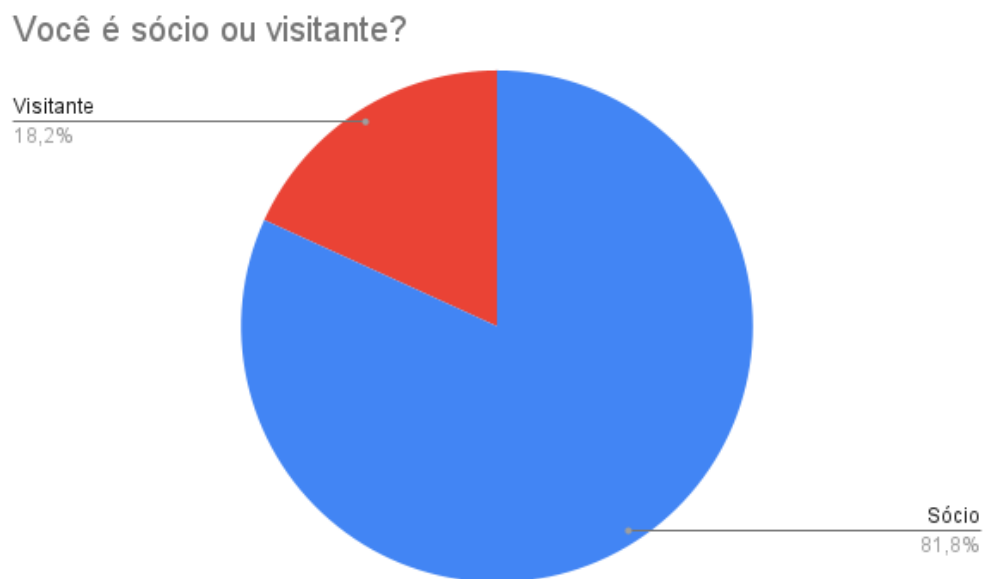


Figura 27: Gráfico sócio ou visitante

Fonte: AUTORA, 2022.

Com base na primeira pergunta realizada foi visto que a maioria dos frequentadores do clube são sócios, no qual possuem ação e cerca de 1/5 são visitantes.

Com que frequência na semana, em média, costuma visitar o clube?

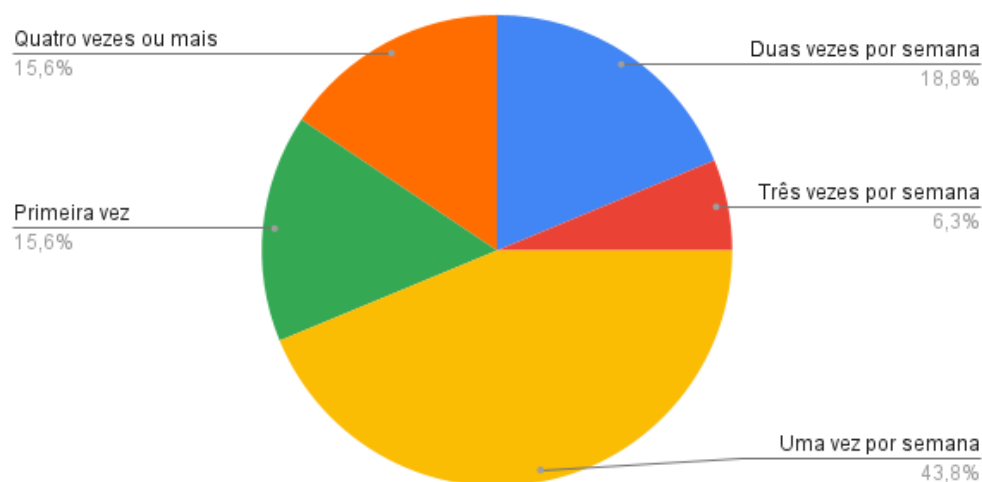


Figura 28: Gráfico da média da frequência semanal

Fonte: AUTORA, 2022.

Quando perguntado a frequência semanal, cerca de 44% dos contestados dizem ir uma vez na semana, e outra boa parte, por volta de 40%, relatam ir de duas a quatro vezes ou mais.

Qual o setor do clube você costuma frequentar mais? Marque até duas opções.

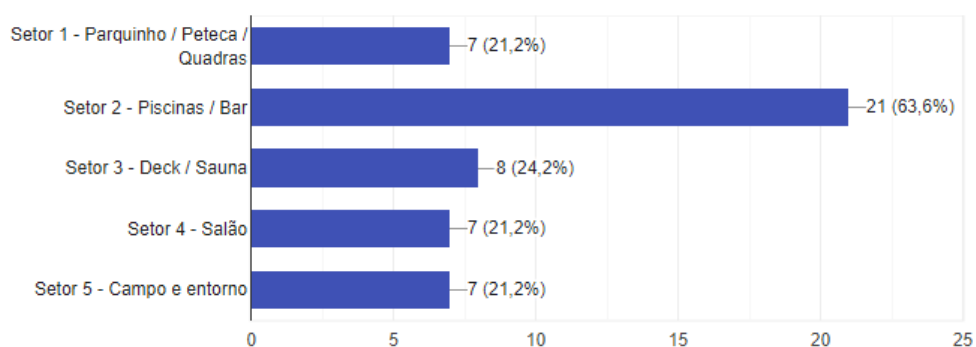


Figura 29: Gráfico dos setores mais visitados

Fonte: AUTORA, 2022.

Entre os setores mais visitados, o setor 2, o qual engloba as piscinas e bar, segundo pesquisa, é o mais movimentado. Já os outros se encontram na mesma média, cerca de 20%.

Qual a sua faixa etária?

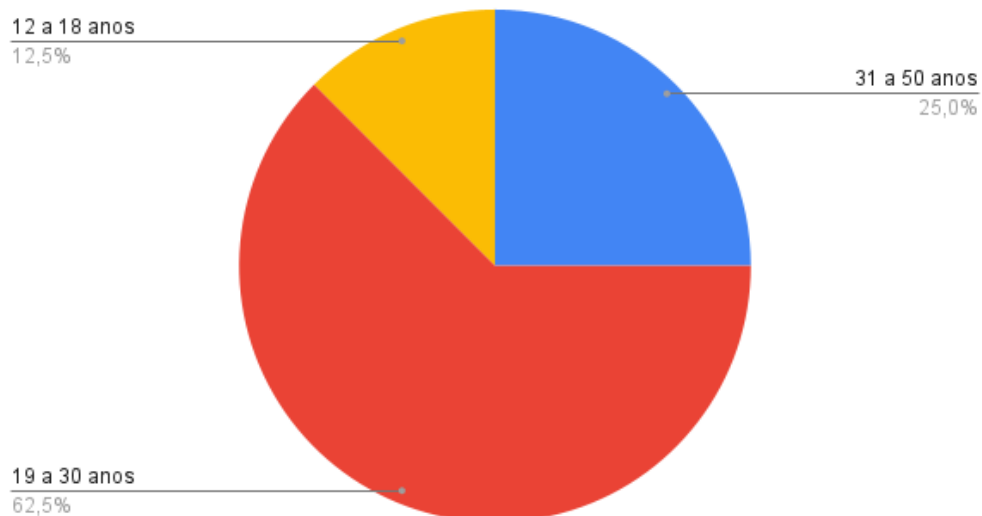


Figura 30: Gráfico faixa etária

Fonte: AUTORA, 2022.

Maior parte dos entrevistados possuem em média 19 a 30 anos, enquanto a menor parte apresentam de 12 a 18 anos.

Qual seu gênero?

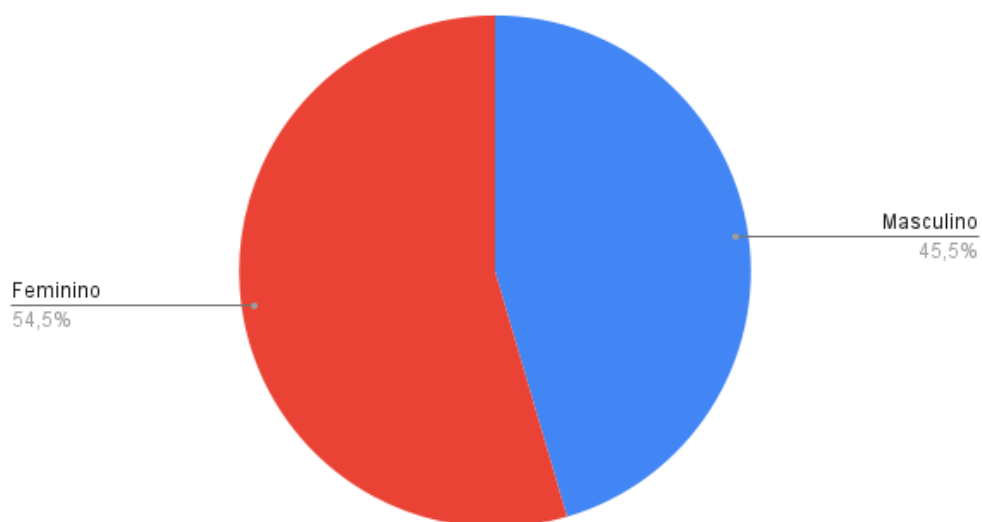


Figura 31: Gráfico gênero

Fonte: AUTORA, 2022.

Quando perguntado do gênero, se encontra em equilíbrio. No qual o público feminino passa uma margem apenas de 4,5%, em relação ao masculino.

Qual setor você acha que foi mais beneficiado com as melhorias implementadas no clube pela atual gestão?

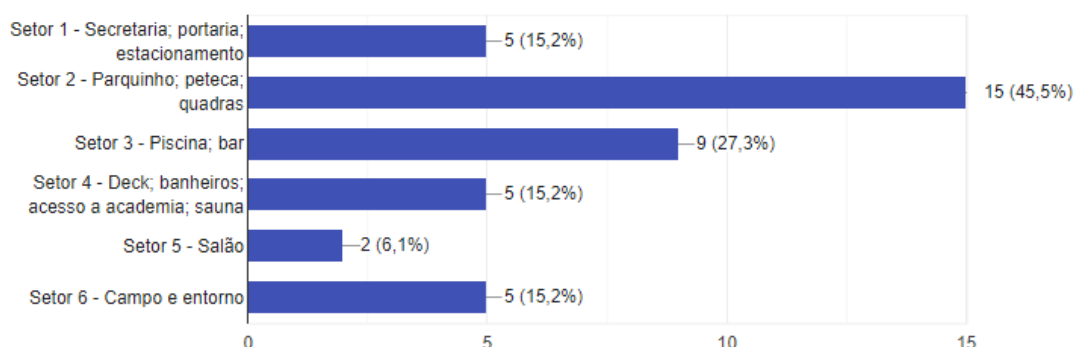


Figura 32: Gráfico do setor mais beneficiado com melhorias

Fonte: AUTORA, 2022.

Segundo os entrevistados, o setor mais beneficiado foi o do parquinho, peteca e quadras, com média de 45,5%. E o menos favorecido o salão, com uma porcentagem de 6,1%.

Em uma escala de 0 a 10, quanto você acha que o CCPP é acessível a pessoas com deficiência ou pouca mobilidade?

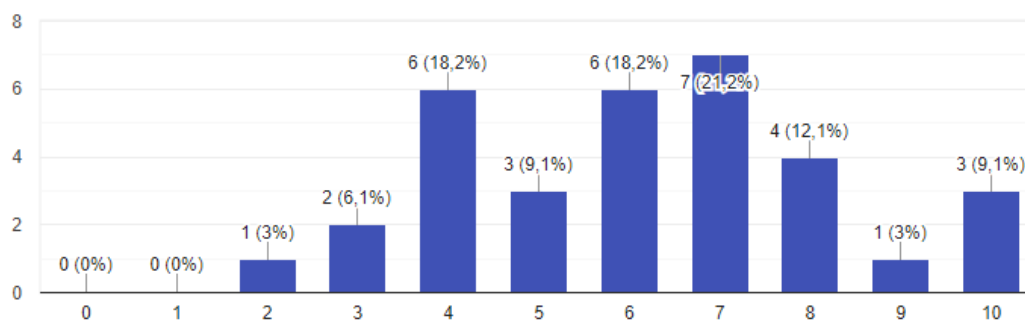


Figura 33: Gráfico do nível de acessibilidade

Fonte: AUTORA, 2022.

Diante dos dados obtidos, os sócios e visitantes acham que o nível de acessibilidade do clube é moderado. Isso sugere que, mesmo que possua pontos acessíveis, ainda há o que ser feito para benefício do espaço.

Na sua opinião, o nível de acessibilidade de um clube pode interferir na escolha da pessoa com deficiência a frequentar o local?

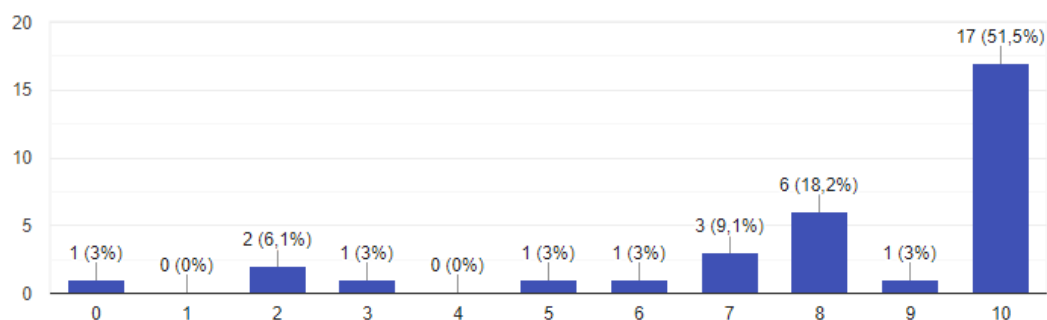


Figura 34: Gráfico do nível de acessibilidade e interferência na escolha ao local

Fonte: AUTORA, 2022.

Perguntado da interferência da escolha de um clube a ser visitado por pessoas com deficiência, mais de 50% dizem que a acessibilidade é um fator que pode mudar essa decisão a visitar o local.

A diretoria do clube tem se empenhado muito em diversas melhorias, incluindo a acessibilidade em alguns pontos de suas dependências. Quanto você acha que poderia ter de melhorias no CCPP em questão da acessibilidade?

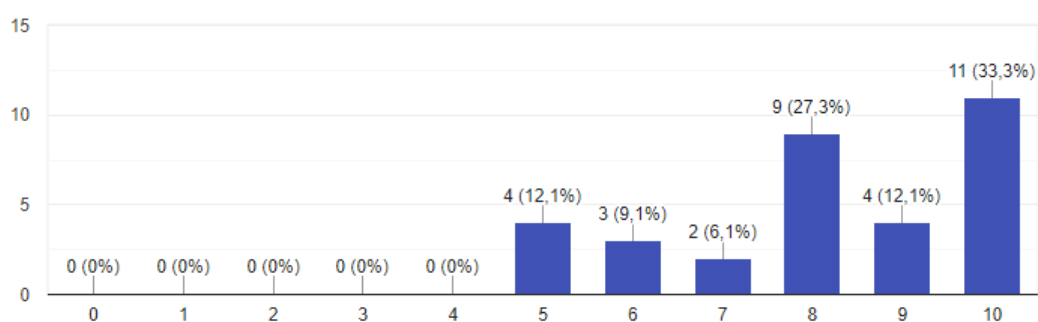


Figura 35: Gráfico do nível para melhoria de acessibilidade

Fonte: AUTORA, 2022.

Em resposta a pergunta de melhorias, mais de 70% dos questionados acham que o clube ainda pode ter avanços em alguns pontos no quesito acessibilidade.

Você conhece ou já viu alguma PcD ou pouca mobilidade que frequenta o clube?

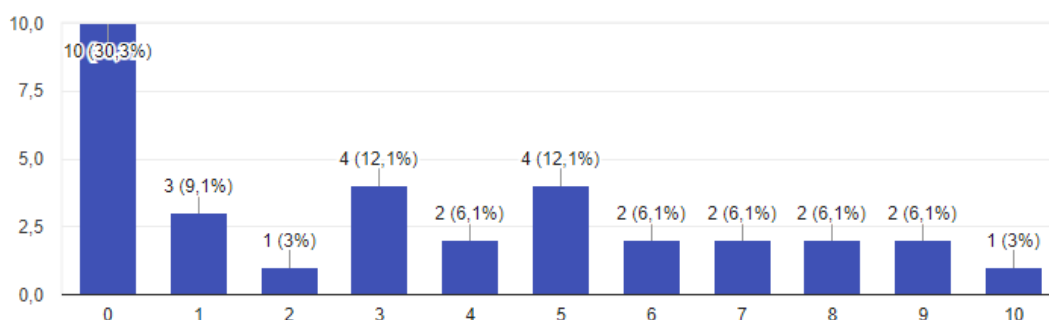


Figura 36: Gráfico do conhecimento de PcD que frequentam o clube

Fonte: AUTORA, 2022.

Quando perguntado se conhece pessoas com deficiência ou pouca mobilidade que frequentam o clube, as respostas ficaram divididas. Em média, 30% diz não conhecer ou ter visto.

É garantido a acessibilidade em todos ambientes do clube?

(Não só na área da piscina, como também acesso a quadra; campo; salão;...)

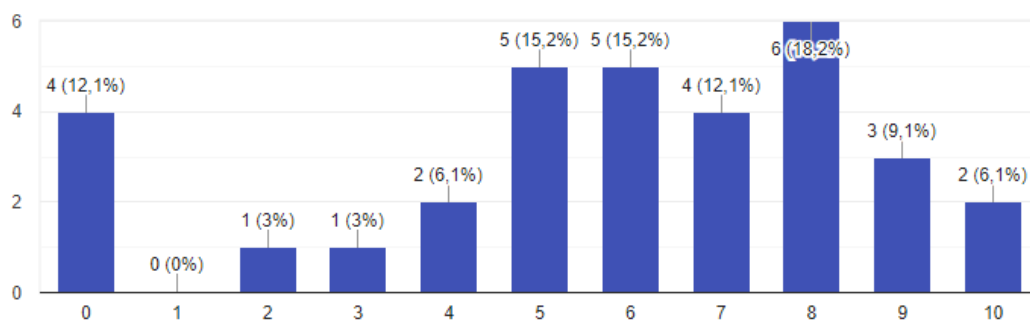


Figura 37: Gráfico do nível acessibilidade nos ambientes

Fonte: AUTORA, 2022.

Conforme respostas da pesquisa, o nível de acessibilidade dos ambientes do clube ficaram divididos de médio a alto.

Você acha importante garantir o lazer e segurança das PcD e pouca mobilidade em um clube recreativo?

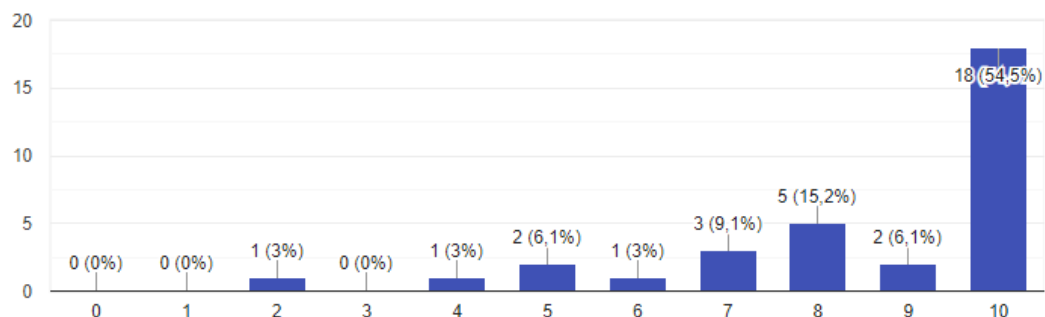


Figura 38: Gráfico da importância do lazer e segurança as PcD

Fonte: AUTORA, 2022.

A maior parte dos entrevistados acham necessário garantir a segurança e lazer das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em um clube.

Acha necessário a instalação de banco de transferência para acesso a água?(*
banco de transferência= equipamento que permite que o banhista entre na piscina sem a utilização da cadeira de rodas)

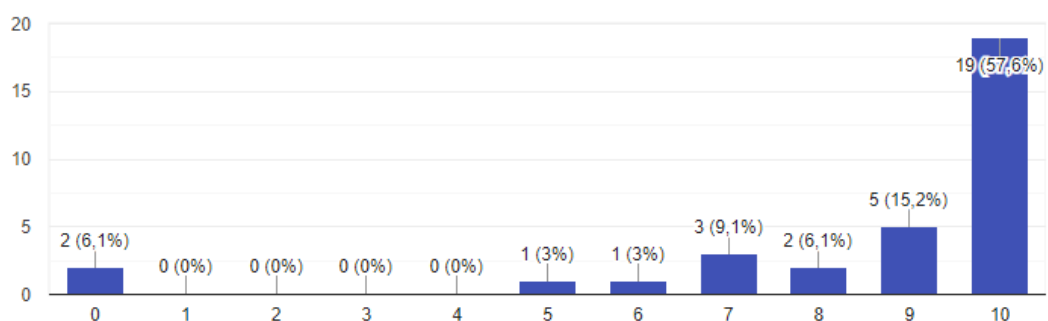


Figura 39: Gráfico da necessidade de banco de transferência

Fonte: AUTORA, 2022.

Cerca de 80% acham que poderia ser instalado o banco de transferência, acessório que permite entrar na piscina, garantindo mais comodidade a quem utiliza a cadeira de rodas.

Há acessibilidade ao acesso nas piscinas? (Como a instalação de rampa submersa/ banco de transferência / elevador de transferência; barras de apoio nas bordas internas; pisos antiderrapantes dentro da piscina)

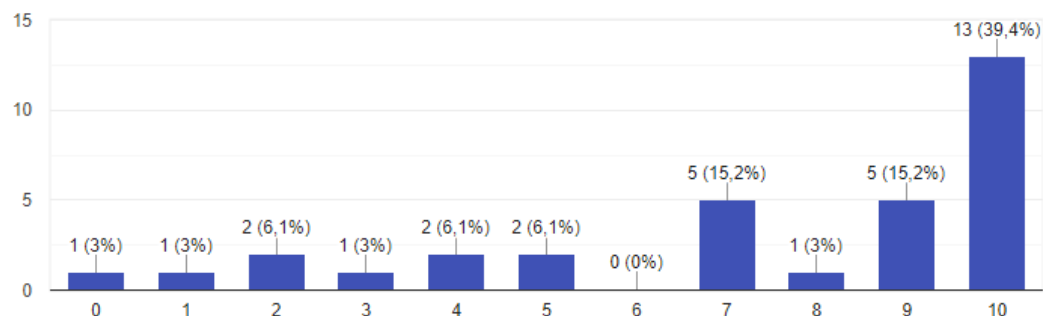


Figura 40: Gráfico de acessibilidade ao acesso nas piscinas

Fonte: AUTORA, 2022.

Mais da metade dos entrevistados dizem que há acessibilidade no acesso as piscinas. No qual seria a utilização de itens como rampa submersa, barras de apoio, entre outros acessórios que trazem a segurança a PcD.

Possui banheiro acessível? (Portas e acessos com dimensões mínimas de 80 cm; área para manobra de cadeira de rodas; barras de apoio; pia com altura acessível; piso regular e antiderrapante; entre outros)

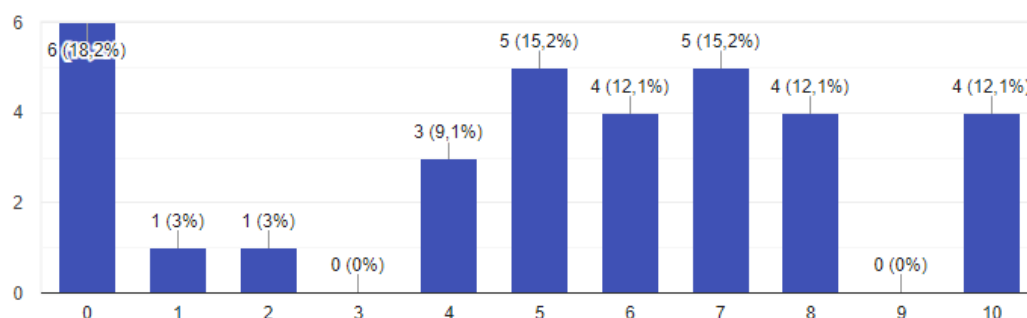


Figura 41: Gráfico de acessibilidade nos banheiros

Fonte: AUTORA, 2022.

Questionado sobre a acessibilidade nos banheiros, 2/3 responderam entre pouco e médio o nível de acessibilidade dos sanitários.

Qual problema de acessibilidade você mais encontra pelo clube?

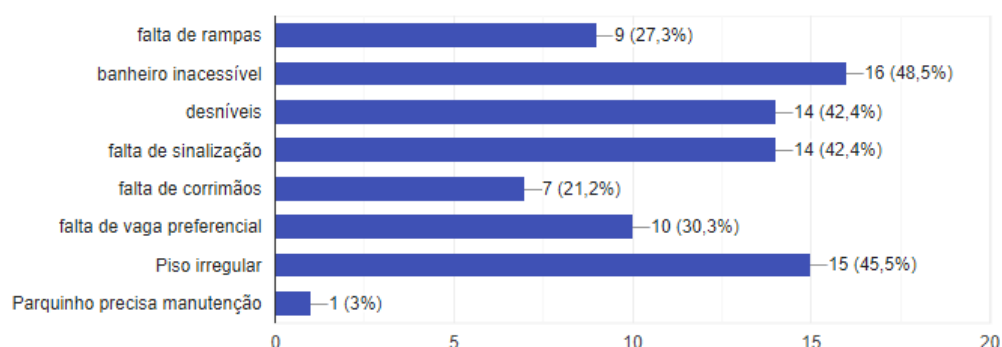


Figura 42: Gráfico dos problemas mais comuns

Fonte: AUTORA, 2022.

Entre os problemas mais encontrados pelos sócios e visitantes, estão: banheiro inacessível, desníveis, falta de sinalização, pisos irregulares e falta de vaga preferencial. Além disso, teve a observação de um entrevistado com a proposta de manutenção no parquinho.

Em qual setor você encontra mais problema de acessibilidade?

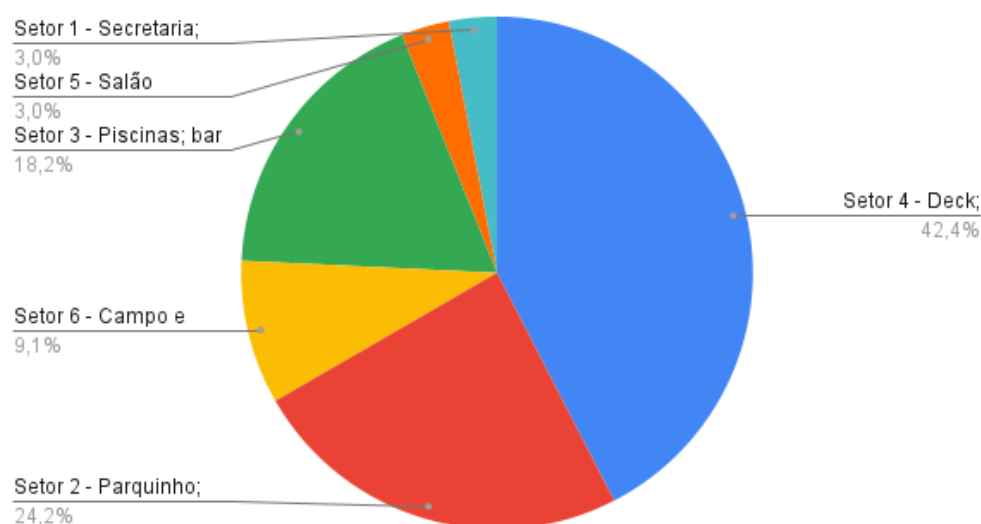


Figura 43: Gráfico do setor com mais problema

Fonte: AUTORA, 2022.

Por fim, foi questionado qual setor encontra-se mais inacessível. Em resposta, 42,4% disseram que o deck é o que apresenta mais problemas e que a secretaria juntamente com salão os que apresentam menos, com 3%.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo áreas de lazer e esporte com o intuito de fornecer contribuições para o melhoramento de acesso e a inclusão de pessoas com deficiência através dos itens enquadrados na norma NBR 9050, assim favorecendo o ingresso e permanência dos sócios e visitantes portadores de deficiência neste tipo de instalação propiciando uma sociedade mais justa, igualitária e consciente.

A acessibilidade aos portadores de necessidades especiais é um benefício não tão somente para eles, mas também para todos da sociedade pois faz com que venhamos a conviver uns com os outros, assim diminuindo a descriminalização em relação a capacidade que cada pessoa tem independente de forma física ou locomotora que tenha, afinal sabemos que ainda existe muito preconceito que faz com que pessoas com necessidades especiais permaneçam em seus lares escondidos e protegidos por suas famílias.

Diante do estudo realizado pude averiguar que a acessibilidade não é colocada como prioridade não tão somente pelas edificações anteriores, mas também por estruturas atuais, que apesar de existir leis e normas para serem cumpridas ainda há falhas e essas falhas acabam excluindo ou dificultando a mobilidade e a inclusão dos próprios sócios que por sua vez deveriam estar preparados para receber todos sem exclusão.

Foram verificados obstáculos na maior parte dos ambientes, entre os mais comuns foram: sanitários inacessíveis, ausência de corrimãos, pisos trepidantes e desníveis. Dentre todos problemas presentes, vem a necessidade de aquisição, construção ou reforma, como por exemplo: aquisição de rota acessível com pisos táteis, instalação de sinalização, reserva de vagas preferenciais e mesas prioritárias, adequação dos sanitários, sauna, e manutenção de pisos.

Os objetivos dessa pesquisa foram plenamente alcançados pois através da comparação e análise das normas básicas de acessibilidade pôde-se ter um levantamento das barreiras presentes nas estruturas, no qual se faz possível o estudo de soluções futuras.

Infelizmente ainda são poucas as pessoas com deficiência com acesso a este tipo de ambiente, por isso é de fundamental importância ultrapassar a fronteira teórica e favorecer condições para que essa realidade possa ser mudada tornando o mundo melhor.

Por fim, conclui-se que a ideia desse estudo inicial sobre a acessibilidade em áreas de esporte e lazer sirva também de alerta e incentivo para mudanças

nesse sentido de igualdade ao acesso de todos, afinal a ideia central de uma sociedade deve ser propor e oferecer igualdade ao livre acesso de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7 dicas para garantir mais segurança e acessibilidade na piscina. Blog Bel Piscinas, 2019. Disponível em: <<https://blog.belpiscinas.com.br/acessibilidade-na-piscina/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: 2020.

Banheiro Acessível: 7 principais dicas. Guia de Rodas, 2020. Disponível em: <<https://guiaderodas.com/banheiro-acessivel-7-principais-dicas/>>. Acesso em: 20 out 2021.

BISOGNIN, E. M. **Barreiras sócio-culturais para o lazer de pessoas portadoras de deficiência física. Dissertação (Mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998

BARROSO, A.F.; HARA, A. C. P.; VIANNA, D. C.; OLIVEIRA, J.; HHOURY, L. P.; DA SILVA, P. L.; SAETA, B. R. P.; MAZZOTTA, M. J. S. **Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência.** Caderno de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.2, p.16-28, 2012. Disponível em https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/Volume_12/2o_vol_12/Artigo2.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

BRASIL, **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004** - DOU de 03/12/2004.. Acesso em: 20 setembro 2021.

BRASIL, **Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009** - DOU de 25/08/2009.. Acesso em: 20 setembro 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite**

BRASIL, **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências..** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL, **Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-pl.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação**

da educação superior (SINAES). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>>. Acesso em: 06 out. 2021.

CALDAS, Lucas; MOREIRA, Mirellen; SPOSTO, Rosa. **Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida seguindo os requisitos da norma de desempenho – um estudo de caso para as áreas comuns de edificações habitacionais de Brasília - DF.** Revista Eletrônica de Engenharia Civil, digital on-line, volume 10, número 2, p. 23-28, setembro, 2015.

Como tornar uma piscina acessível a pessoas com deficiência. Nautilus, 2018. Disponível em: <<https://nautilus.ind.br/como-tornar-uma-piscina-acessivel-a-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 15 out 2021.

JUNIOR, Antonio Armando de Souza; SANTOS, Thiago Dutra dos. **Acessibilidade dos usuários de cadeira de rodas – Para região de Anápolis.** TCC, Curso de Engenharia Civil, UniEvangélica, Anápolis, GO, 68p. 2019.

CUNHA, Vitor José. **Histórico do Clube Caça e Pesca (em construção).** 20 out. 2021. Instagram: memoriasdeporciuncula. Disponível em:<<https://www.instagram.com/p/CVQrbkMJlyk/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

CUNHA, Vitor José. **Primeiro sócio do Clube Caça e Pesca de Porciúncula, associado desde 1966.** 31 out. 2021. Instagram: memoriasdeporciuncula. Disponível em:<<https://www.instagram.com/p/CVtZlkpL0gl/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GONÇALVES, Maria Helena; MENDONÇA, Alencar. **Livro: As Histórias que a nossa História não contou.** Páginas 65-66.

GOOGLE. **Google Earth website.** Disponível em: <<https://earth.google.com/web/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

GOOGLE. **Google Maps website.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

Laudo de acessibilidade – Campus Concórdia. Instituto Federal Catarinense, 2018. Disponível em: <<https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/Laudo-de-Acessibilidade-Concordia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MAZZOTTA, M. J. S. Acessibilidade e a indignação por sua falta. **In: 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM**

DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE VOCÊ TAMBÉM TEM COMPROMISSO. Brasília, Caderno de textos, p 30-32, 2006

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer.** Saúde Soc. v. 20, n.2, p. 377-389, 2011

MOTA, Amanda Pereira. **VISTORIA EM IMÓVEL: Estudo de Caso de Acessibilidade em Edificação em Patos de Minas – MG.** TCC, Curso de Engenharia Civil, Patos de Minas, MG, 66p. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

Vaga de estacionamento para deficientes. O que precisamos saber? Hewdy

Lobo, 2016. Disponível em: <

<https://lobo.jusbrasil.com.br/artigos/327035863/vaga-de-estacionamento-para-deficientes-o-que-precisamos->

saber#:~:text=A%20vaga%20especial%20%C3%A9%20um,2%25%20a%20por tadores%20de%20defici%C3%Aancia>. Acesso em: 20 out. 2021.